

# JNE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
JÚRI NACIONAL DE EXAMES

EXAMES NACIONAIS DOS ENSINOS BÁSICO E

SECUNDÁRIO 2005

**RELATÓRIO FINAL**

**JÚRI NACIONAL DE EXAMES**

**DIRECÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO E DE**

**INOVAÇÃO CURRICULAR**

## PREÂMBULO

Os exames nacionais dos ensinos básico e secundário sendo um elemento de avaliação por excelência, também servem para concluir ciclos de estudo que permitam aos alunos adquirir certificados para o prosseguimento de estudos para o ciclo de ensino seguinte ou diplomas para o mercado de trabalho.

Apesar de alguma perturbação que se fez sentir na realização dos exames nacionais, as escolas tanto básicas como secundárias, estiveram à altura das suas responsabilidades e os alunos não foram prejudicados por um certo clima de instabilidade que se gerou na sua preparação e realização, tendo em conta as mudanças políticas que ocorreram no país.

Este ano foram introduzidos pela primeira vez os exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática do 9.º ano de escolaridade, para a generalidade dos alunos do ensino básico.

Se, nas escolas secundárias com ensino básico esta nova realidade representou um acréscimo maior de tarefas numa comunidade já conhecedora de todo um processo de avaliação sumativa externa, nas escolas do ensino básico aquela representou uma mudança considerável na organização da escola envolvendo toda a comunidade escolar. A este desafio as escolas responderam com empenho e profissionalismo.

Assinala-se, ainda, que apesar do clima de alguma agitação que se gerou devido a convocatória de greves de professores que se fizeram sentir na primeira semana de realização dos exames nacionais, foi assegurada a sua concretização com um mínimo de perturbação nas escolas, conscientes que a repetição de exames podia vir a afectar os alunos, condicionando o seu percurso de vida e pondo em causa todo o trabalho realizado pelos próprios professores.

Com reconhecimento, sublinhamos o particular e excepcional acompanhamento que foi dado ao Júri Nacional de Exames pelos Responsáveis do Ministério da Educação, ao mais alto nível.

A todos muito obrigada!

Lisboa, de Novembro de 2005

A Presidente do Júri Nacional de Exames

ÍNDICE

**NOTA DE ABERTURA**

**ÍNDICE**

**INTRODUÇÃO**

**I – REALIZAÇÃO DOS EXAMES NACIONAIS**

**1. ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS REALIZAÇÃO DOS EXAMES**

- 1.1. DESEMPENHO DAS ESCOLAS
- 1.2. ENUNCIADOS DAS PROVAS E CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO
- 1.3. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS
- 1.4. INTERVENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSPECÇÃO DA EDUCAÇÃO

**2. CORRECÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS**

- 2.1. DESIGNAÇÃO DOS PROFESSORES CORRECTORES/CLASSIFICADORES
- 2.2. REUNIÕES DE AFERIÇÃO DE CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO
- 2.3. ESCLARECIMENTOS AOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO
- 2.4. DESEMPENHO DOS PROFESSORES SUPERVISORES E CLASSIFICADORES

**3. REAPRECIAÇÃO DAS PROVAS**

- 3.1. OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE REAPRECIAÇÃO
- 3.2. DESEMPENHO DOS PROFESSORES RELATORES
- 3.3. REAPRECIAÇÃO DOS EXAMES DE EQUIVALÊNCIA À FREQUÊNCIA

**4. PROCESSO DE RECLAMAÇÃO**

**5. GESTÃO DA INFORMAÇÃO INFORMÁTICA**

- 5.1. COMUNICAÇÕES NO PROCESSO DOS EXAMES
- 5.2. PROGRAMAS ENEB/ENES

**6. TRANSPORTE DAS PROVAS**

**7. APRECIÇÃO GLOBAL DOS EXAMES DE 2005**

- 7.1. PROGRESSOS ASSINALADOS
- 7.2. PONTOS CRÍTICOS
- 7.3. SUGESTÕES PARA OS EXAMES DE 2006

**8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**II – ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS RESULTADOS**

## INTRODUÇÃO

No ano lectivo de 2004/2005 foram introduzidos os exames nacionais do Ensino Básico, obrigatório para todos os alunos, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática do 9.º ano de escolaridade. Estes exames têm como finalidade validar a escolaridade obrigatória e, simultaneamente, valorizar o respectivo diploma, tendo em vista o reconhecimento social deste grau de ensino.

Os dois documentos que, por excelência, suportam todo o processo inerente à realização dos exames nacionais são o Despacho n.º 428/2005 (2.ª Série), de 7 de Janeiro, que define a sua calendarização, e o Despacho Normativo n.º 15/2005, de 28 de Fevereiro, que integra, em anexo, os Regulamentos do Júri Nacional de Exames, dos Exames Nacionais do Ensino Básico e dos Exames do Ensino Secundário, sendo completados pelas normas elaboradas pelo Júri Nacional de Exames. A legislação afecta aos exames tem vindo a sofrer sistematicamente ajustamentos, reflectindo a evolução do sistema educativo português.

Em articulação com a Direcção-Geral do Ensino Superior é, ainda, elaborado o *Guia Geral de Exames* com o objectivo de informar os alunos sobre os exames nacionais do ensino secundário e as provas de ingresso ao ensino superior.

O Júri Nacional de Exames (JNE) é nomeado anualmente por despacho do membro do Governo competente. No ano lectivo 2004-2005, o JNE foi nomeado pelo Despacho n.º 5929/2005 (2ª série), de 18 de Março, passando o n.º1 deste despacho a ter a redacção publicada no Despacho n.º 8659/2005 (2ª série), de 20 de Abril, no qual está exarada a composição do JNE.

As competências do Júri Nacional de Exames e das suas estruturas constam do Anexo I, parte integrante do Despacho Normativo n.º 15/2005, de 28 de Fevereiro.

Tendo em conta que se realizaram, pela primeira vez, nos estabelecimentos de ensino exames nacionais de Língua Portuguesa e Matemática do 9.º ano, a sua organização trouxe alguns problemas de operacionalização e dificuldades acrescidas, tanto às escolas básicas que não tinham experiência neste domínio, como às escolas básicas/secundárias que acumularam uma maior sobrecarga de trabalho, assim como, às estruturas do JNE que tiveram de responder à nova realidade.

A evolução da conjuntura política nacional que marcou o final do ano de 2004 e primeiros meses de 2005, atrasou a publicação de normativos que poderiam ter posto em causa a normalidade da realização dos exames nacionais. Apesar de todas as dificuldades o Júri Nacional de Exames realizou reuniões entre as suas estruturas – Comissão Coordenadora e Agrupamentos – no sentido de se ultrapassarem constrangimentos ocasionais que pudessem surgir.

É de salientar, ainda, que se promoveram reuniões preparatórias com o Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE), a Editorial do Ministério da Educação (EME) e as Forças de Segurança (PSP e GNR), considerando a necessidade de se equacionar atempadamente a distribuição dos enunciados e a recolha das provas do grande número de escolas agora envolvidas - cerca de 1300 - mesmo antes da publicação dos respectivos normativos, prevenindo eventuais atrasos no processo de exames.

Realizou-se, também, uma reunião onde estiveram presentes elementos da Secretaria de Estado da Administração Educativa e o respectivo Gabinete de Segurança do Ministério da Educação, da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, das Direcções Regionais da Educação e do JNE para se programar a segurança nas sedes de alguns Agrupamento de Exames.

Tiveram ainda lugar reuniões entre as estruturas do JNE e as escolas, a nível nacional, nos meses de Fevereiro e Março, onde se debateram questões relacionadas com as

Normas 01 – *Instruções para a inscrição dos alunos* e, no mês de Maio, sobre as Normas 02 – *Instruções para a realização, correcção/classificação e reapreciação/reclamação das provas* e sobre as Orientações gerais para exames nacionais de alunos com necessidades educativas especiais.

Neste ano lectivo, os exames nacionais do ensino secundário foram realizados em 621 estabelecimentos de ensino, incluindo 6 escolas estrangeiras, sendo 499 do ensino público e 122 do ensino particular, nos quais foram prestadas 334989 provas na 1ª Fase, e 127362 provas na 2ª Fase. Os exames nacionais do ensino básico foram realizados em 1268 estabelecimentos de ensino, incluindo 7 escolas estrangeiras, sendo 1079 do ensino público e 189 do ensino particular, nos quais foram prestadas 85100 provas de Língua Portuguesa e 84987 provas de Matemática. Estes números não incluem as escolas e exames do ensino básico da Região Autónoma dos Açores, onde não foram aplicados os exames nacionais do ensino básico, conforme o determinado na Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro, por decisão do Secretário Regional de Educação, no âmbito do regime de autonomia.

Participaram também de forma activa neste processo:

- ❖ o Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE) – com competências na elaboração das provas e respectivos critérios de classificação do ensino básico e secundário, bem como na supervisão da classificação das provas de Biologia (102), Matemática (435), Química (142), de História (123), e pela primeira vez, Língua Portuguesa (22) e Matemática (23) do 9.º ano;
- ❖ a Editorial do Ministério da Educação (EME) – cujas competências abrangem a impressão, acabamento e organização da distribuição dos enunciados das provas e critérios de classificação;
- ❖ as Forças de Segurança (PSP e GNR) – com responsabilidade na distribuição de enunciados das provas e critérios de classificação pelas escolas e Agrupamentos e conseqüente recolha de provas Escolas/Agrupamento e Agrupamento/Escolas, bem como na segurança de algumas escolas sede de agrupamento ;
- ❖ o Gabinete de Segurança do ME – que garante a segurança de outras sedes de agrupamento;
- ❖ a Inspeção Geral da Educação (IGE) e a Inspeção Regional da Educação da

Madeira - dentro das suas funções, fazem o acompanhamento da implementação de todo este processo.

De particular importância foi a reunião plenária, em vésperas do início dos exames nacionais, presidida pela Senhora Ministra da Educação, com a presença do Senhor Secretário de Estado da Educação, da Senhora Directora-Geral da DGIDC, representantes do GAVE, dos serviços de Inspeção Nacional e Regionais, do Gestor dos Programas Informáticos ENEB/ENES e das estruturas do JNE (Presidência, Coordenações e Agrupamentos de Exames do Continente e Regiões Autónomas), na qual se partilhou o sentir das dificuldades que se deparavam à concretização do processo de exames que se antevia difícil, sendo o apoio e empenho transmitido pelos governantes uma mais valia para o seu bom êxito.

Na globalidade, os exames nacionais decorreram com normalidade dentro de uma calendarização condicionada por um período limitado e pelo respeito dos feriados municipais de concelhos mais populosos. Apesar de ter sido agendada e concretizada na primeira semana da realização dos exames nacionais (básico e secundário) uma greve de professores, factor de alguma perturbação, a adopção de medidas políticas e o envolvimento e empenho das escolas – órgãos de gestão, pessoal docente e funcionários - evitaram ou atenuaram consequências graves que iriam influenciar o percurso de vida dos alunos.

## **I - REALIZAÇÃO DOS EXAMES NACIONAIS**

### **1. ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS**

Neste ano lectivo 2004/2005 todas as actividades preparatórias foram desencadeadas com bastante antecedência. De facto, mesmo antes da publicação da constituição do Júri Nacional de Exames, levaram-se a cabo reuniões preparatórias para a elaboração dos normativos necessários ao processo de exames, marcado pela realização dos exames nacionais no ensino básico nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática do 9.º ano, que tiveram lugar, no presente ano, pela primeira vez, o que trouxe um acréscimo de

trabalho às escolas, órgãos de gestão, secretariados de exames e ao Júri Nacional de Exames, com particular incidência aos Agrupamentos de Exames, considerando que nalguns casos triplicou o número de escolas que passaram a realizar exames.

A informação às escolas e aos alunos sobre o processo de exames decorreu sob as orientações do Despacho Normativo n.º 15/2005, de 28 de Fevereiro, do Despacho n.º 428/2005, de 7 de Janeiro, do Despacho Normativo n.º 31/2005, de 12 de Maio, do Guia Geral de Exames 2005 e das Normas do Júri Nacional de Exames:

- Normas 01/EB/2005 e 01/ES/2005 – *Instruções para inscrição nos exames nacionais do Ensino Básico e Ensino Secundário*, respectivamente;
- Normas 02/EB/2005 e 02/ES/2005 – *Instruções para realização, correcção/classificação e reapreciação e reclamação das provas de exame do Ensino Básico e Ensino Secundário*, respectivamente;
- Norma 03/2005 – *Regulamento Interno do JNE*.

Os diversos normativos, com a integração dos ajustamentos que a experiência no terreno aconselhou, responderam de forma eficaz às situações que surgiram ao longo do processo de exames. Além destes normativos, sempre que entendeu necessário a Presidência do JNE enviou às escolas outras instruções para uniformizar procedimentos tidos por convenientes para que os exames decorressem bem e na maior regularidade.

Tal como já foi dito, foram essenciais as reuniões com os órgãos de gestão e elementos dos secretariados de exame realizadas nas sedes dos Agrupamentos com as escolas das áreas de influência dos mesmos, particularmente, as do ensino básico, quer para o esclarecimento proporcionado na interpretação dos normativos, quer também, para a fundamental uniformização de procedimentos na operacionalização de todo o processo de exames. Acresce o facto de que muitas destas escolas não tinham qualquer experiência de realização de exames nacionais, nem do respectivo processo de articulação com Agrupamentos, a fim de que todo o processo decorresse com a desejável e imprescindível serenidade.

Foram, também, realizadas reuniões com técnicos do ENES / ENEB nas sedes dos Agrupamentos sobre a utilização dos programas informáticos, dada a sua importância na operacionalização de todos os procedimentos a adoptar durante a época de exames.

Considera-se ter sido adequado o número das reuniões promovidas pela Presidência do JNE com todas as estruturas deste Júri. As reuniões orientadas pelos Coordenadores Regionais do JNE, nas quais se abordaram as Normas 02/EB/2005 e 02/ES/2005, justificaram-se devido à preparação dos exames nacionais do 12.º ano e à inovação que constituíram as provas nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática do 9.º ano de escolaridade.

De referir algumas dificuldades que as escolas tiveram na preparação do processo de exames em virtude da publicação tardia de alguns normativos ou esclarecimentos do ensino básico, pelos motivos já referidos anteriormente. Algumas Coordenações Regionais referem, nomeadamente com maior acutilância, as do Norte e do Alentejo, que o conhecimento tardio da idade limite da frequência da escolaridade obrigatória, a realização ou não de exames por parte dos alunos com currículos alternativos, ao abrigo do Despacho n.º 22/SEEI/96, de 19 de Junho, foram constrangimentos que, de algum modo, dificultaram a preparação dos exames, mas que a seu tempo foram ultrapassados.

Na Região Autónoma dos Açores, dada a grande dificuldade inerente à dispersão geográfica das escolas, mais uma vez foram adoptadas medidas que minoraram eventuais atrasos nos prazos estabelecidos para o envio de documentos e informações, bem como alguns procedimentos para uma eficaz operacionalização do processo de exames nacionais do ensino secundário, já que não realizaram exames do ensino básico a nível nacional.

## 2. REALIZAÇÃO DOS EXAMES

### 2.1. DESEMPENHO DAS ESCOLAS

#### INSCRIÇÕES

- **Ensino Básico**

A maioria das escolas do ensino básico tiveram dificuldades significativas no manuseamento informático exigido pelo programa ENEB, tendo em conta ser a primeira vez que tomaram conhecimento deste tipo de instrumento de trabalho, aliado à sua aplicação tardia motivada por factores externos. No que respeita às actividades de preparação dos exames nacionais importa referir que muitas das escolas, só depois de contactadas pelos Agrupamentos, enviaram os elementos necessários ao desenrolar do processo de exames, nomeadamente, as inscrições dos alunos. Em alguns casos, estas só se obtiveram depois de longas trocas de informação, via telefone, com os elementos dos órgãos de gestão das escolas ou com os seus técnicos do ENEB.

No entanto, as inscrições em Língua Portuguesa e Matemática realizadas pelos serviços administrativos, com a ajuda do programa ENEB, decorreram com regularidade. Apesar de alertados todos os estabelecimentos de ensino, nas reuniões sobre a Norma 01/EB/2005 e Norma 02/EB/2005, para os problemas que pudessem advir na realização dos exames nas situações especiais, algumas escolas orientaram as inscrições dos seus alunos não admitidos a exame, para os seus currículos de oferta da própria escola, passando-os à condição de autopropostos. Neste contexto, alguns alunos acabaram por não realizar todos os exames necessários para completar o currículo nacional do 3.º ciclo.

Assim, para ultrapassar este problema, a Presidência do JNE solicitou autorização à Secretaria de Estado da Educação para que fossem calendarizadas novas datas para a realização de alguns exames, salvaguardando os interesses destes alunos. Nesta sequência, a Presidência do Júri enviou às escolas a Informação n.º 33/JNE/2005, de 22 de Junho.

É de sublinhar que houve escolas que apoiaram os alunos que se encontravam nesta situação, preparando-os para os exames das disciplinas de Educação Visual, Educação Tecnológica, Língua Estrangeira I ou Língua Estrangeira II.

Uma outra deficiência detectada inicialmente foi a dificuldade de contacto com as escolas através de fax ou de correio electrónico. Este último meio de comunicação foi o de mais difícil utilização pois constatou-se que não existia nas escolas o hábito de consultar com frequência o correio electrónico. Para os Agrupamentos de Exames, este facto complicou a tarefa de divulgação de informação pelas escolas, num período em que os próprios os elementos do Agrupamento ainda tinham actividades lectivas, razão pela qual estes não puderam estar permanentemente contactáveis via telefone.

#### ▪ **Ensino Secundário**

Quanto às escolas do ensino secundário, apenas se registaram algumas inscrições incorrectas para a 2.<sup>a</sup> Fase de exames e alguns erros com as pautas 1 e 2. O facto das inscrições para melhoria de classificação de exames na 2.<sup>a</sup> Fase, por alunos que já os tinham realizado na 1.<sup>a</sup> Fase, terem sido até à véspera do início dos exames da 2.<sup>a</sup> Fase, provocou alguns problemas à operacionalização do processo.

Na generalidade, todos os estabelecimentos de ensino básico e/ou secundário cumpriram com os objectivos preconizados quer nos Regulamentos de Exames, quer nas Normas (01 e 02). Foi patente a vontade de realizarem um bom trabalho e a existência esporádica de algumas anomalias não os desmerece.

#### SECRETARIADOS DE EXAME

É de realçar que os secretariados de exame das escolas, juntamente com os órgãos de gestão, foram peças fundamentais em todo o processo de exames e cumpriram adequadamente as suas funções. Continuou a verificar-se uma crescente autonomia e maior capacidade de decisão, o que se traduziu numa maior eficiência e celeridade processual, sendo que os problemas emergentes mereceram dos Agrupamentos toda a atenção, procurando resolvê-los da melhor maneira possível. As muitas dúvidas que foram surgindo, foram sendo esclarecidas pelos Agrupamentos, Coordenações e Presidência do

JNE.

No entanto, dado que foi a primeira vez que as escolas básicas realizaram exames nacionais encontraram algumas dificuldades na constituição do secretariado de exames, na interpretação das funções a desempenhar e até no seu período de funcionamento. A Coordenação Regional do Norte apontou, por exemplo, que algumas escolas não souberam dimensionar os seus secretariados de exame, sendo excessivo o número de elementos, tendo em conta o reduzido número de alunos inscritos, o que tornou difícil a coordenação do próprio secretariado, prejudicando, também, a fluidez das informações solicitadas pelos Agrupamentos de Exame.

As escolas secundárias revelaram grande eficácia no tratamento das provas de exame, resultado do conhecimento das normas e da experiência, que permitiu uma qualidade acentuada, contribuindo cada vez mais para a melhoria do serviço de exames. No entanto, ocorreram ainda algumas situações anómalas, a registar:

- erros na atribuição do número convencional ou ausência do mesmo;
- não cumprimento na utilização de uma única série de números convencionais (ensino básico);
- dificuldade na preparação das guias e envelopes das pautas 1 e 2 relativas aos exames da 2ª Fase ( ensino secundário);
- existência de provas desagafadas ou mal agrafadas (foi dado esclarecimento nas reuniões das Normas 02/ JNE sobre este procedimento);
- envio não assinalado, em envelope próprio, de provas de alunos com necessidades educativas especiais, sendo que, frequentemente, as provas dos alunos disléxicos não se fizeram acompanhar da Ficha A e respectiva nota explicativa;
- nos exames de equivalência à frequência os enunciados das provas, critérios e matrizes chegaram ao Agrupamento identificadas com o nome da escola, obrigando o Agrupamento a proceder ao respectivo anonimato.

Em algumas escolas com ensino secundário, a rotatividade dos elementos das equipas do secretariado de exames e de técnicos do ENES, durante o período de realização de exames, dificultou a comunicação e originou problemas na sua actuação.

Nas escolas secundárias e nas escolas secundárias com ensino básico os técnicos informáticos conseguiram desempenhar as suas tarefas com eficácia ao nível dos programas ENES e ENEB, sendo que, a maior parte eram os mesmos de anos anteriores.

Nas escolas só com ensino básico constataram-se vários problemas decorrentes da inexperiência dos técnicos informáticos, quer fossem professores, quer funcionários que, ao contactarem pela primeira vez com o programa, não só não dominavam a orgânica do ENEB, como as práticas por ele exigidas.

A Coordenação Regional do Alentejo aponta que nalgumas escolas só com 3º ciclo, em que tudo era novidade, foi inegavelmente complexa a situação face à inexistência de técnicos informáticos e de interlocutores com conhecimento suficiente para lhes serem transmitidos esclarecimentos sobre o computador ou sobre o programa ENEB. Assim, as dúvidas eram uma constante, congestionando as linhas telefónicas dos Agrupamentos e atrasando todo o processo de exames, mesmo o do ensino secundário.

Apesar de todas estas dificuldades que surgiram nas escolas, a disponibilidade dos responsáveis pelos programas informáticos a nível dos Agrupamentos e as reuniões realizadas com os responsáveis nas escolas, permitiram ultrapassar estes contratempos.

### VIGILÂNCIAS

O serviço de vigilância das provas é de fundamental importância para o bom funcionamento dos exames nacionais. Consciente deste facto e atendendo a que, no presente ano, se iniciaram os exames nacionais no ensino básico, a Presidência do JNE, as Coordenações Regionais e os Agrupamentos promoveram e realizaram reuniões com os órgãos de gestão das escolas, no sentido destes transmitirem a informação necessária contemplada nas normas de exame aos elementos dos secretariados de exames, professores vigilantes e correctores/classificadores.

Nas reuniões preparatórias com as escolas foi sempre realçada a necessidade destas funções serem prestadas com o melhor nível de qualidade. Assim, durante a realização dos

exames, constatou-se que a grande maioria dos professores vigilantes desempenhou as suas tarefas com profissionalismo e com a consciência da relevância destas funções.

De facto, nas reuniões gerais de professores, à semelhança dos anos anteriores, foi dado conhecimento das normas, antes da realização dos exames, contribuindo para a melhoria gradual deste serviço. No entanto, ainda ocorreram algumas falhas, nomeadamente:

- margens escritas;
- quadriculas de transporte preenchidas;
- incorrecto preenchimento dos cabeçalhos das provas de exame;
- incorrecta indicação do número de páginas utilizadas pelo aluno;
- folhas de prova não rubricadas pelos professores vigilantes;
- rasuras no espaço reservado ao número de páginas utilizado;
- identificação do estabelecimento de ensino;
- provas com versão sem qualquer indicação da mesma;
- provas sem número convencional nas folhas de continuação.

Apesar do envio, a todos os estabelecimentos com ensino secundário, dos Ofícios-  
-Circular n.º 36 e n.º 37, de 10 de Novembro de 2004, sobre a utilização de máquinas calculadoras nos exames de Matemática, Química e Física, o uso indevido de calculadoras não autorizadas durante a realização dos exames ainda originou anulação de 23 de provas.

Na sequência de fraudes cometidas no decurso da realização dos exames foram anuladas 26 provas do ensino secundário e 9 do ensino básico.

Nos dias de greve dos professores houve alguma perturbação no serviço de vigilância, não se tendo realizado exames em duas escolas, enquanto noutros escolas – poucas – uma pequena parte dos alunos não os efectuaram, tendo sido afectado um total de 191 alunos, o que corresponde a uma percentagem insignificante do universo de examinandos. Esta situação implicou a calendarização de nova data para os exames que não se realizaram na data prevista.

## **2.2. ENUNCIADOS DAS PROVAS E CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO**

## ELABORAÇÃO

Verificou-se que as provas, da responsabilidade do GAVE, dos exames nacionais do ensino básico e secundário de 2005, foram elaboradas e estruturadas com cuidado, respeitando os conteúdos programáticos de cada uma das disciplinas em exame, tendo sido os critérios de classificação claros e objectivos, dando origem a poucos pedidos de esclarecimento ao GAVE.

No entanto, surgiram alguns constrangimentos pontuais quando:

- a adenda à prova de Língua Portuguesa (código 22) emanada pelo GAVE chegou tardiamente aos Agrupamentos para divulgação aos professores correctores/classificadores;
- se verificou uma diferença entre as cotações atribuídas pelos critérios de classificação de Matemática (código 23) e as permitidas nas grelhas informáticas distribuídas aos classificadores;
- se registou um número elevado de folhas nos enunciados de Língua Portuguesa e de Matemática de 9.º ano.

No ensino secundário as adendas e esclarecimentos para os correctores foram sempre divulgados a tempo de poderem ser contemplados na correcção e foram enviados às escolas para serem tidos em conta na reapreciação.

Nos exames nacionais de Língua Portuguesa (código 22) e Matemática (código 23) do ensino básico, as folhas de realização das provas continham folhas pautadas em branco para continuação de resposta e folhas em branco onde não era suposto escrever. Muitos alunos realizaram respostas nas folhas em branco e não nas pautadas. Considerando que as instruções não estavam bem claras, nenhum dos alunos nestas circunstâncias foi prejudicado.

Os cabeçalhos das provas de exame de Língua Portuguesa (código 22) e Matemática (código 23) não tinham espaço para o número confidencial de escola a colocar pelo Agrupamento e neles faltava ainda a inscrição e o espaço reservado à rubrica do professor vigilante.

Segundo a Coordenação Regional do Alentejo este ano notou-se uma melhoria no caso dos exames nacionais das Línguas Estrangeiras do ensino secundário, visto não terem surgido cartas como tema a desenvolver, e assim não se pôs em risco o cumprimento das regras do anonimato das provas de exame.

Nalguns casos, as provas de exame de equivalência à frequência e os exames elaboradas a nível de escola equivalentes a exames nacionais para alunos com necessidades educativas especiais, consignadas no Despacho Normativo n.º 15/2004, apresentaram discrepâncias entre a matriz e o enunciado da prova e imprecisões nos critérios de correcção.

### **2.3. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**

Os Agrupamentos e as Coordenações Regionais continuaram a dedicar uma especial atenção com a realização das provas de exame dos alunos com necessidades educativas especiais.

A comunicação atempada e esclarecedora das condições especiais na realização de exames, autorizadas pela Presidente do Júri Nacional de Exames a cerca de 900 examinandos com necessidades educativas especiais do ensino secundário que iriam realizar provas, bem como a publicação do Regulamento de Exames, das Normas 02/EB/2005 e 02/ES/2005 e das Orientações Gerais - *Candidatos com Necessidades Educativas Especiais de Carácter Permanente* - contribuíram, inequivocamente, para a normalidade do processo de realização das provas por estes alunos e do seu acompanhamento pelas escolas.

Alguns casos houve em que, no todo ou em parte, não foram concedidas as condições especiais solicitadas pelos candidatos/encarregados de educação. O não deferimento por parte do JNE das condições requeridas ficou a dever-se à não comprovação da existência de necessidades educativas especiais ao longo do percurso educativo do candidato que justificassem a concessão de medidas diferenciadas na sua avaliação sumativa externa. As deliberações do Júri não levantaram contestação, à excepção de um caso associado à problemática da dislexia, que obrigou o JNE à aplicação do regime especial de exames nacionais por notificação do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, no âmbito de uma Providência Cautelar.

A Coordenação Regional do Norte alertou para o facto da inexistência de especialistas, para a correcção/classificação dos exames realizados por alunos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo, dificultar a distribuição das provas pelos correctores, embora esta situação seja minorada, de algum modo, pelo documento orientador emanado pelo JNE.

A mesma Coordenação referiu ainda que, relativamente à situação de alunos com dislexia, os correctores/classificadores consideraram haver algum exagero na avaliação dessa necessidade educativa especial por especialistas nesta área, porque as provas que corrigiram/classificaram não revelaram as dificuldades assinaladas.

A Coordenação Regional do Centro sublinhou o facto de que nem sempre as escolas identificaram devidamente os envelopes de provas remetidas aos Agrupamentos de Exames, realizadas por alunos com necessidades educativas especiais. Situação, aliás, atempadamente resolvida, permitindo a classificação das provas, ainda que sujeitas a tratamento especial.

O Despacho Normativo n.º 31/2005, apesar de só ter sido publicado a 12 de Maio, introduziu alterações que vieram regularizar as condições de prestação de exames nas provas de Língua Portuguesa e de Matemática do 9.º ano, resolvendo algumas situações que não estavam abrangidas nos termos do articulado do Regulamento dos Exames Nacionais do Ensino Básico.

De acordo com o solicitado muitas escolas enviaram ao JNE as cópias dos despachos das condições especiais que aplicaram aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente do ensino básico.

Relativamente aos exames nacionais de 2005, o JNE assinala, mais uma vez, a boa colaboração com o GAVE e com a EME no trabalho de ampliação e adaptação de provas nacionais para os alunos cegos, com baixa visão ou com graves problemas de comunicação, de forma a garantir um controle de qualidade das provas de exame destes alunos.

#### **2.4. INTERVENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSPECÇÃO DA EDUCAÇÃO**

A Inspeção Geral da Educação tem contribuído para a melhoria da qualidade e rigor, consolidação e serenidade do processo de exames, tendo a sua intervenção particularmente nas escolas do ensino básico um carácter essencialmente pedagógico, atendendo à circunstância de, pela primeira vez, nelas se realizarem exames nacionais.

Na Região Autónoma da Madeira, o Departamento de Inspeção Regional de Educação efectuou, a todas as escolas básicas, uma visita prévia ajudando-os na preparação e realização dos exames nacionais. Assim, todas estas escolas foram visitadas uma vez, com excepção de 3 escolas particulares que, devido a anomalias verificadas, foram visitadas duas vezes. Nas escolas secundárias, este departamento efectuou duas visitas a cada escola, uma na 1ª Fase e outra na 2ª Fase, com excepção, da Escola Básica e Secundária Prof. Dr. Francisco Freitas Branco – Porto Santo, devido à sua insularidade.

Também na Região Autónoma dos Açores, a Inspeção Regional de Educação monitorizou o processo dos exames nacionais de 2005, não tendo sido sinalizadas, à respectiva Coordenação Regional do JNE, quaisquer situações problemáticas.

### **3. CORRECÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS**

#### **3.1. DESIGNAÇÃO DOS PROFESSORES CORRECTORES/CLASSIFICADORES**

De acordo com as dúvidas apresentadas pelas escolas do ensino básico aos Agrupamentos, concluiu-se que se verificaram alguns constrangimentos na constituição da bolsa de professores correctores/classificadores e relatores, não obstante o estabelecido na Circular n.º 8/2005, de 4 de Abril. Contudo, depois de constituída a bolsa, o número de professores classificadores foi suficiente.

Os problemas sentidos, tanto no ensino básico como no ensino secundário, na distribuição de provas para correcção/classificação, obrigando, por vezes, à sua redistribuição na altura da entrega dos pacotes de provas, sobrecarregando alguns correctores/classificadores com o aumento do número de provas a classificar, ficaram a dever-se a dificuldades graves, tais como:

- alteração do período de férias dos docentes;
- férias marcadas para o período coincidente com a correcção/classificação sem

conhecimento dos Responsáveis dos Agrupamentos;

- grande fluxo de atestados médicos (alguns de longa duração);
- falta de docentes às reuniões de aferição de critérios.

Também, na designação de equipas de professores classificadores/correctores da prova de Português B (139), se verificaram algumas dificuldades, dado que houve escolas que agruparam docentes com períodos de férias discrepantes.

Alguns órgãos de gestão autorizaram e organizaram as férias dos professores tendo apenas em atenção o trabalho dentro da própria escola, ignorando, quase na totalidade, o trabalho de correcção/classificação/reapreciação de provas de exames, desrespeitando em absoluto os cronogramas das acções, o que dificultou o cumprimento dos prazos estabelecidos no citado cronograma. Assim, esta situação criou muitas dificuldades aos Agrupamentos, como por exemplo, nomear novos professores correctores/classificadores e proceder a nova distribuição de provas.

Este ano, a distribuição das provas de exame nos dias de greve dos professores, foi dificultada pela redução de docentes previstos nas bolsas de correctores/classificadores, chegando mesmo nalguns casos a esgotar o número de correctores/classificadores disponíveis para certos códigos.

A Coordenação Regional dos Açores referiu que nas provas/código em que as correspondentes disciplinas eram leccionadas apenas em uma, duas ou três escolas, e com um reduzido número de alunos inscritos, foi providenciada a sua correcção junto da Coordenação Regional de Lisboa, no sentido de garantir o maior anonimato possível neste processo.

Assim, as Coordenações Regionais dos Açores, da Madeira e do Alentejo, quando não dispunham de correctores/classificadores em número suficiente, providenciaram a respectiva correcção/classificação de exames junto da Coordenação Regional de Lisboa.

De facto, na generalidade, sempre que foi necessário salvaguardar o anonimato ou assegurar a correcção/classificação e reapreciação de exames procedeu-se a trocas de provas entre Agrupamentos e até entre Coordenações Regionais.

A correcção em regime de equipa na prova de Português B (código 139) foi um passo muito positivo, sendo, contudo, aconselhável que esta prova/código seja objecto de supervisão, pois mesmo com o regime de correcção em par pedagógico ainda se verificaram algumas disparidades nos critérios de classificação de diferentes pares/equipas, bem como, alterações significativas de algumas classificações, na sequência das reapreciações interpostas. À semelhança das outras disciplinas que já têm supervisão, estas discrepâncias não deixariam de existir na sua totalidade mas o seu número seria reduzido.

### **3.2. REUNIÕES DE AFERIÇÃO DE CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO**

#### **REUNIÕES DAS DISCIPLINAS COM SUPERVISÃO**

As reuniões de operacionalização dos critérios de classificação realizaram-se conforme o determinado, constatando-se que as de maior duração foram, sem dúvida, as supervisionadas pelo GAVE o que, de alguma modo, é garante da profundidade do trabalho realizado, o que contribuiu, cada vez mais, para a boa aceitação da figura do supervisor.

As reuniões de aferição de critérios das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática do 9º ano, reflectiram algumas dificuldades que surgiram neste processo ao nível da distribuição e utilização das disquetes com as grelhas de classificação por número insuficiente de disquetes disponíveis e, ainda, pela sua duração de 4 horas, o que foi considerada excessiva, com a agravante de alguns correctores/classificadores não terem sido previamente informados pelos respectivos órgãos de gestão. Apesar destas vicissitudes, os prazos de classificação e os procedimentos adequados foram cumpridos, não tendo os correctores/classificadores faltado às reuniões. Por outro lado, alguns Agrupamentos suportaram financeiramente os custos com as disquetes em falta e com a

reprodução de materiais solicitados pelos supervisores.

No ensino básico, apesar da inexperiência e da novidade, a maioria dos professores correctores/classificadores esforçou-se para que este processo fosse conduzido com a maior eficiência. Para esta situação contribuiu muito o trabalho efectuado pelos supervisores de ambas as disciplinas que, durante todo o tempo, mostraram disponibilidade em responder e ajudar a ultrapassar as dúvidas e dificuldades.

No entanto, a Coordenação Regional da Madeira referiu que no ensino básico, particularmente na disciplina de Língua Portuguesa, se verificaram algumas anomalias resultantes, quer da inexperiência dos professores supervisores e professores correctores/classificadores, quer da própria formação dada aos supervisores, pois estes desconheciam que, para além das reuniões de supervisão, existia um trabalho prévio de preparação, que, por não ter sido realizado, resultou nalguma desconexão no início da primeira reunião, havendo necessidade da intervenção da Responsável do Agrupamento de Exames.

No ensino secundário, este ano, foi mais fácil a tarefa de preparação dos documentos necessários às reuniões de aferição de critérios com a presença de supervisores, já que, de um modo geral, todos eles entregaram os documentos a fotocopiar com tempo de antecedência, salvo raras excepções.

## **REUNIÕES DAS RESTANTES DISCIPLINAS**

As reuniões das disciplinas sem supervisão realizaram-se nas datas previstas na Norma 02/ES/2005. Para ultrapassar eventuais problemas de organização, os Agrupamentos definiram estratégias para uma eficaz orientação dos trabalhos, como por exemplo:

- na Coordenação Regional do Algarve as reuniões foram dirigidas por professores classificadores designados pelo responsável de Agrupamento;
- na Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, alguns Agrupamentos optaram por fazer um convite prévio a um professor experiente dinamizador dos professores convocados. Esta situação traduz um impacto positivo junto dos

correctores/classificadores e também na classificação das provas. Para além de impedir a eventual desorganização do trabalho do grupo, o dinamizador conseguiu motivar os seus colegas para um trabalho consciencioso e colectivo;

- na Região Autónoma da Madeira, em todas as reuniões, existiu um coordenador que espontaneamente se destacou de entre os professores/classificadores, orientando a reunião e procurando que as directrizes acordadas (consonantes com os critérios de classificação emanados pelo GAVE), fossem tidas em consideração por todos os professores.

A opção por estas metodologias de trabalho terá contribuído não só para um verdadeiro acerto de critérios, mas também para a existência de menor número de provas sujeitas a reclassificação.

Na Região Autónoma dos Açores, devido aos condicionalismos geográficos e aos elevados custos das deslocações de professores, as reuniões de aferição de critérios nas disciplinas não sujeitas a supervisão não se realizaram. Como estratégia de remediação, à semelhança dos anos anteriores, foi procedimento do Agrupamento de Angra do Heroísmo comunicar a todas as escolas a lista de todos os professores indicados para correcção nas diferentes provas/código, com a orientação de, através dos meios disponíveis nas escolas (telefone, fax, correio electrónico), os correctores/classificadores comunicarem entre si, para aferição de critérios e esclarecimento de dúvidas – o que aconteceu com algum sucesso devido à qualidade e rigor dos critérios de correcção/classificação e ao empenho dos docentes.

### **3.3. ESCLARECIMENTOS AOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO**

A generalidade dos professores correctores/classificadores considerou que os critérios de classificação continuam a ser bem concebidos, com clareza e qualidade.

Relativamente ao ano transacto, registou-se uma diminuição de esclarecimentos e adendas aos critérios de classificação, sinal efectivo de uma cada vez maior objectividade dos critérios e melhoria do processo de classificação. No entanto, as adendas e esclarecimentos que ainda ocorreram chegaram, nalguns casos, um pouco tardiamente, após a entrega das provas aos correctores/classificadores.

O GAVE fez um bom acompanhamento do processo de correcção/classificação e o horário de funcionamento para esclarecimento de dúvidas foi adequado. Os esclarecimentos foram fornecidos quase sempre rapidamente e em tempo útil.

Apenas a Coordenação Regional do Centro referiu que, muitas vezes, o GAVE não deu respostas aos pedidos de esclarecimento e que as informações eram difíceis de obter. Citou mesmo que os Agrupamentos solicitaram informações tendo-lhes sido respondido que não podiam dar respostas. Será preciso no futuro maior apoio por parte desta entidade aos Agrupamentos.

### **3.4. DESEMPENHO DOS PROFESSORES SUPERVISORES E CLASSIFICADORES**

O desempenho dos professores supervisores e dos professores correctores/classificadores foi bastante positivo, quer quanto ao cumprimento dos prazos, quer quanto à qualidade do trabalho efectuado.

Os professores supervisores desempenharam um papel importante na aferição dos critérios de classificação, que se reflectiu no número de reapreciações e nas alterações insignificantes que se verificaram nas provas respectivas. As suas metodologias apresentaram algumas diferenças. Assim, se alguns se reuniram entre si para acertar procedimentos, outros não.

A classificação das provas foi levada a cabo de uma maneira eficaz, mesmo no 9º ano pois, apesar da inexperiência dos professores do ensino básico no processo de exames, foram cumpridos os prazos e os pedidos de reapreciação foram diminutos.

Embora os professores/classificadores das provas do 9º ano tivessem de preencher grelhas informáticas que lhes trouxe algumas dificuldades, seja porque alguns não tinham computador em casa ou seja porque não estavam familiarizados com as referidas grelhas informáticas, estas situações foram ultrapassadas com o apoio de supervisores, dos técnicos de informática do agrupamento ou da escola sede, que facultou computadores para utilização dos correctores.

De facto, concluiu-se que o desempenho da grande maioria dos supervisores decorreu como previsto, demonstrando grande disponibilidade e profissionalismo, garantindo apoio individual aos correctores/classificadores sempre que necessário ou, procedendo a peritagens quando solicitados pelos Agrupamentos.

Como nota menos positiva refira-se que um ou outro supervisor não teve o cuidado de, atempadamente, preparar a entrega dos documentos que necessitavam de ser fotocopiados, chegando ao Agrupamento de Exames 5 a 10 minutos antes da hora da reunião, solicitando, na altura, muitas fotocópias indispensáveis para o desenvolvimento dos trabalhos.

#### **4. REAPRECIAÇÃO DAS PROVAS**

##### **4.1. OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE REAPRECIAÇÃO**

Pelo segundo ano consecutivo, o processo de reapreciação das provas de exame passou a ser considerado serviço obrigatório para os professores indicados pelos órgão de gestão como professores classificadores, o que facilitou o trabalho dos Agrupamentos. Esta medida deverá manter-se, atendendo a que as reapreciações se desenrolam durante o período de férias dos professores, altura em que o número de relatores disponíveis é reduzido.

Para além da dificuldade com que normalmente os Agrupamentos se confrontam para convocar relatores, acresce o facto do seu universo estar circunscrito aos professores que foram classificadores, o que restringiu o leque de opções e obrigou à deslocação de provas entre Agrupamentos e Coordenações.

À semelhança dos anos anteriores, as reapreciações da Coordenação Regional da Madeira foram efectuadas na Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, recebendo aquela, em contrapartida, provas desta Coordenação, para reapreciação.

As provas de exame do 9º ano e as da 1ª Fase do 12º ano foram atribuídas sem dificuldades de maior aos professores classificadores/reapreciadores indicados pelas escolas, apesar das limitações impostas pelas férias de alguns professores.

Como a reapreciação das provas da 2ª Fase do 12º ano coincide com o período de férias da maioria dos professores, é preciso recorrer à boa vontade e espírito de colaboração de alguns que se disponibilizam para retirar alguns dias ao seu período de férias para resolver a situação.

#### **4.2. DESEMPENHO DOS PROFESSORES RELATORES**

##### Qualidade dos pareceres

As alegações, que fundamentam o pedido de reapreciação, apresentadas pelos alunos foram, cada vez mais, alicerçadas em pareceres de profissionais e, conseqüentemente, a sua qualidade e pertinência foram maiores de ano para ano. Nalguns casos as alegações continuaram a ser muito lacónicas o que dificultou a sua clareza e objectividade.

Os pareceres elaborados pelos professores relatores apresentaram qualidade, de uma maneira geral, respondendo às alegações de forma explícita e justificando as alterações apresentadas. No entanto, embora excepcionalmente, ainda surgiram pareceres inadequados e com falta de rigor (responsáveis por algumas reclamações), contrariando os normativos vigentes que exigem que estes tenham de ser bem fundamentados, considerando que, sendo toda a prova sujeita a análise, os professores relatores poderiam alterar a classificação em questões não alegadas pelos alunos, tal como está estipulado nos Regulamentos dos Exames.

Assim, as Coordenações Regionais do JNE recomendaram aos Agrupamentos:

- que deviam distribuir os processos aos professores experientes, com vários anos de leccionação da disciplina e/ou com boas referências sobre serviços prestados em anos anteriores;
- que fossem lidas todas as alegações dos alunos bem como todos os pareceres dos relatores;
- e sempre que os processos oferecessem dúvidas, quer ao Agrupamento quer ao relator, dever-se-ia estabelecer contacto com a escola e com a Coordenação Regional.

### 4.3. REAPRECIÇÃO DOS EXAMES DE EQUIVALÊNCIA À FREQUÊNCIA

Embora os exames de equivalência à frequência fossem da responsabilidade das escolas, o processo de reapreciação desenrolou-se nos Agrupamentos, o que por vezes, criou alguns problemas.

Na maioria dos exames de equivalência à frequência que foram objecto de reapreciação, a incidência das alegações reportava-se não só, à não aplicação dos critérios de correcção definidos, como também à detecção de vícios processuais e por vezes de erros científicos, nomeadamente:

- discrepância entre a matriz e os critérios de classificação;
- questões sem resposta possível;
- discrepância entre as cotações e os critérios de classificação;
- elaboração de matriz e enunciado com conteúdos programáticos de 10.º e 11.º anos e não com base nos conteúdos programáticos do ano terminal das disciplinas.

Acresce ainda que, as escolas na organização destes processos para envio aos Agrupamentos, nem sempre respeitaram o anonimato das mesmas, já que a folha de prova destes exames tem um espaço destinado ao nome da escola, o qual veio preenchido, para além de ser, também, usual a identificação da escola nos cabeçalhos da matriz, no enunciado do exame e nos critérios de correcção/classificação. Recaiu, posteriormente, aos Agrupamentos proceder à tarefa necessária de ocultação do nome da escola em todos os documentos.

Outro constrangimento a assinalar teve a ver com o facto de algumas escolas não terem enviado aos Agrupamentos o calendário de exames de equivalência à frequência e a respectiva data de afixação dos resultados.

## **5. PROCESSO DE RECLAMAÇÃO**

O processo de reclamação foi da responsabilidade da Presidência do JNE e foi operacionalizado apenas em articulação com a Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, por razões que se prenderam com os prazos das candidaturas ao ensino superior.

A nível nacional as reclamações foram assim todas corrigidas apenas naquela Coordenação, tendo-se mantido a rede de professores especialistas estabelecida desde o ano passado com os Agrupamentos mais próximos, o que permitiu que o processo tivesse acabado em tempo útil, de forma a não interferir na data estipulada para a colocação dos alunos no ensino superior.

Nas disciplinas de Matemática (435), Biologia (102), Química (142) e História (123) a Coordenação Regional tentou, sempre que possível, entregar as provas em processo de reclamação a professores supervisores dos seus próprios Agrupamentos.

Nalguns processos de reclamação os pareceres dos professores relatores foram pouco explícitos, o que levou a Presidência do JNE a intervir neste campo, solicitando uma fundamentação completa ao professor relator.

Nos casos de notória discrepância, envolvendo classificadores (correctores, relatores e especialistas) a Presidência do JNE recorreu a pareceres de grupos de especialistas e ao próprio GAVE, na salvaguarda do interesse dos alunos.

## **6. GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA**

### **6.1. COMUNICAÇÕES NO PROCESSO DOS EXAMES**

O Júri Nacional de Exames recebeu que as comunicações entre o JNE/Coordenação Regional de Exames/Agrupamentos e Escolas não fossem estabelecidas com rapidez, face a um maior número de escolas e ao facto das escolas do ensino básico não estarem habituadas às urgências das tarefas inerentes aos exames.

Se, na maioria das escolas do ensino básico o sistema de comunicações acabou por funcionar bastante bem, noutras surgiram grandes dificuldades, das quais se destacam:

- utilizarem apenas o correio electrónico institucional que não permitia receber mensagens de endereços diferentes;
- não conseguirem enviar correio electrónico, com anexos, por deficiente configuração do servidor ou dos programas de segurança;
- por vezes, a não verificação da existência de mensagens de correio electrónico ou mesmo a não leitura das mesmas, o que não permitiu, em devido tempo, a consulta do correio electrónico do Agrupamento e originou demora em determinados procedimentos.

Na Coordenação Regional do Algarve, o processo de comunicação com as escolas foi, talvez, o maior problema com que se debateram a Coordenação e o Agrupamento, particularmente quando foi necessário contactar todas as escolas num curto período de tempo. Esta Coordenação referiu mesmo que, este ano, até nos exames do 12º ano houve imensas dificuldades em algumas escolas, no respeito pelo horário de comunicação da informação diária ou na exactidão dos dados contidos nessa informação, o que trouxe um acréscimo de trabalho ao Agrupamento na inventariação dos erros e procura de soluções. No entanto, todas as dificuldades surgidas foram ultrapassadas, graças ao imenso esforço de toda a equipa do Agrupamento, nomeadamente, dos técnicos de ENES/ENEB, permitindo levar a cabo todas as tarefas com atrasos insignificantes e sem qualquer relevo.

A Coordenação Regional do Centro, devido às dificuldades existentes no sistema de comunicações ressaltou a premente necessidade de, no futuro, os Agrupamentos serem apetrechados por um sistema de banda larga que permita receber e enviar correio electrónico com rapidez e segurança. Assim, sugeriu, ainda, que o equipamento dos Agrupamentos seja reforçado com:

- uma CPU e um modem devidamente actualizados, bem como uma unidade de gravação de CD e, pelo menos, mais uma linha telefónica;
- uma linha de banda larga para a Internet acessível durante todo o processo de exames;
- um fax actualizado ligado ao programa informático, de modo a dar resposta a qualquer exigência, por parte das escolas.

Na generalidade, as escolas do ensino secundário ou do secundário com 3º ciclo, já habituadas ao processo de exames, tiveram as comunicações sempre funcionais e com a regularidade que se exigiu, consultaram sistematicamente o correio electrónico. Os problemas verificaram-se com mais acuidade nas escolas só com ensino básico.

## **6.2. PROGRAMAS ENEB/ENES**

Os programas informáticos ENEB e ENES, foram um auxiliar precioso no processo de exames nacionais, facilitando a sua operacionalidade. No entanto, sempre que os estabelecimentos de ensino e os Agrupamentos se depararam com questões/problemas, estas foram ultrapassadas com a intervenção do Gestor dos Programas.

Relativamente ao programa ENEB, considerando a sua aplicação pela primeira vez, detectou-se que, muitas das escolas básicas manifestaram algumas dificuldades na sua utilização principalmente em perceber e corrigir as mensagens geradas pelo programa no processo de validação de dados.

Registaram-se ainda outros problemas com o este programa informático:

- o adiamento das versões contrastando com a ansiedade das escolas em se familiarizarem com o programa e ter tudo pronto a tempo;
- a dificuldade na importação de dados dos alunos dos programas utilizados pelas escolas para o ENEB.

O programa ENEB acabou por ficar com uma construção muito acessível e prática. A colaboração dos técnicos informáticos dos Agrupamentos e a formação/informação presencial, que em alguns Agrupamentos foi prestada, contribuiu para amenizar os

problemas iniciais.

O programa ENES funcionou de forma adequada e eficaz. Houve uma melhoria significativa do trabalho realizado, graças à rentabilização dos recursos disponíveis, permitindo, deste modo, detectar e controlar algumas situações anómalas, com relativa rapidez.

## **7. TRANSPORTE DE PROVAS**

O transporte das provas Escolas-Agrupamentos-Escolas, da responsabilidade das Forças de Segurança – P.S.P. e G.N.R. –, decorreu sempre dentro dos prazos, sendo de sublinhar, conforme atestam as Coordenações/Agrupamentos, a eficácia, o elevado profissionalismo e o óptimo relacionamento humano dos elementos das forças de segurança.

Não obstante, no dia da realização do exame nacional de Língua Portuguesa do 9.º ano (20 de Junho), a G.N.R. entregou, em duas escolas, envelopes com enunciados da 2.ª Chamada como sendo os da 1.ª. Detectada esta ocorrência, foram, de imediato, encetadas diligências para que os alunos daquelas escolas realizassem, sem qualquer prejuízo, a prova da 1.ª Chamada, à semelhança dos restantes alunos. No entanto, a quebra do sigilo dos enunciados preparados para a 2.ª Chamada obrigou, com autorização da tutela, a elaboração, impressão e distribuição de nova prova, que se realizou na data calendarizada para a 2.ª Chamada (27 de Junho) em todas as escolas do Continente e da Região Autónoma da Madeira com ensino básico, salvaguardando-se assim o sigilo das provas e garantindo a equidade entre os alunos. A excelente resposta do GAVE, da EME e das Forças de Segurança permitiu ao JNE resolver atempada e eficientemente esta ocorrência, tendo os exames decorrido na maior normalidade.

Algumas escolas do ensino básico tiveram que ser instruídas sobre a forma de actuar, quer na recepção dos enunciados quer na entrega de provas às Forças de Segurança. Em casos esporádicos, algumas escolas não deram cumprimento ao cronograma do transporte das provas para os Agrupamentos.

No caso específico da Região Autónoma dos Açores, o transporte das provas inter-ilhas foi integralmente da responsabilidade da P.S.P. e efectuou-se de acordo com um

calendário elaborado pelo Agrupamento, considerados os prazos nacionais estipulados e o horário das comunicações aéreas e marítimas regionais.

Na Região Autónoma da Madeira, o transporte das provas de exame, da responsabilidade da P.S.P., corresponde totalmente às necessidades deste agrupamento. Sempre que necessário, as forças de segurança disponibilizaram-se para algum ajustamento efectuado ao cronograma das acções, tendo sido igualmente tomado em consideração a distribuição geográfica das escolas nesta região, a sua orografia e o número acrescido de escolas devido aos exames nacionais do ensino básico.

## **8. APRECIÇÃO GLOBAL DOS EXAMES 2005**

### **8.1. PROGRESSOS ASSINALADOS**

A crescente consolidação do processo de exames do ensino secundário resulta de uma experiência acumulada que permite, sempre que necessário, encarar qualquer situação imprevista com serenidade.

Relativamente ao ano transacto, assinalámos os seguintes progressos:

- melhor fluidez de comunicação JNE/Coordenação Regional/Agrupamentos /Estabelecimentos de Ensino;
- maior participação dos classificadores nas reuniões de aferição de critérios de classificação;
- diminuição dos pedidos de esclarecimentos ao GAVE;
- acesso fácil aos critérios de classificação no site do GAVE;
- menor número de adendas aos critérios de classificação emanados pelo GAVE;
- disponibilidade e profissionalismo de peritos e relatores, durante o período das suas férias;
- obrigatoriedade de aceitação do serviço de relator pelos professores;
- maior eficácia dos secretariados de exame das escolas secundárias;
- a quase ausência de quebras de anonimato por parte de alunos;
- inscrição automática na 2.ª Fase dos alunos que faltaram ou reprovaram na 1.ª Fase;

- colaboração das Forças de Segurança com a criação de itinerários mais rápidos.

Quando se fez o controlo da qualidade da correcção antes da homologação e se detectaram fortes discrepâncias nas classificações de exame atribuídas por diferentes classificadores da mesma disciplina e, em particular, para alunos da mesma escola, o JNE interveio no sentido de verificar a justeza da classificação para repor a equidade, sempre que tal se justificasse.

A manutenção da possibilidade do gozo de férias em Setembro dos elementos dos Agrupamentos de exames, dos secretariados de exame e professores classificadores garantiu a execução de todo o serviço de exames nos prazos estabelecidos, num clima de serenidade e permitiu uma boa articulação com os serviços de acesso ao ensino superior.

De salientar, no entanto, que para a concretização bem sucedida destes exames muito contribuiu o saber-fazer de todos os intervenientes no processo de exames do ensino secundário, agora partilhado com as escolas básicas, que, sendo a primeira vez que realizaram exames, muito se empenharam para o êxito deste processo. Marcante, também, foi a intervenção do GAVE ao criar a figura do supervisor no processo de correcção/classificação das provas de exame de Língua Portuguesa e Matemática do 9.º ano, procurando garantir já no início dos exames nacionais do ensino básico a qualidade da avaliação deste processo.

## **8.2. PONTOS CRÍTICOS**

Os exames dos ensinos básico e secundário de 2005 revelaram alguns pontos críticos que reflectindo, nalguns casos, situações já conhecidas, foram minorados com a introdução de medidas adequadas. Outras situações, difíceis de ultrapassar, mais se evidenciaram com o acréscimo de trabalho inerente aos exames do ensino básico.

Discriminam-se seguidamente alguns pontos críticos:

- inexistência de espaço físico na maioria dos Agrupamentos de Exame a partir de Fevereiro/Março;
- definição tardia da data em que os alunos internos dos 6.º e 9.º anos atingiam o limite da escolaridade obrigatória;
- o desconhecimento do número de alunos do ensino básico que transitaram da situação de alunos internos para alunos autopropostos, no período imediatamente anterior ao início dos exames nacionais, exigiu um esforço suplementar para garantir, em todas as escolas, enunciados de provas de todas as disciplinas do 3.º ciclo a utilizar pelos eventuais candidatos que viessem a inscrever-se;
- confusão feita por algumas escolas relativamente a alunos em situações especiais;
- inexistência de espaço próprio para a assinatura dos vigilantes nas provas de Língua Portuguesa e Matemática;
- enunciados/folhas de resposta dos exames de Língua Portuguesa e de Matemática, apresentando as provas um número excessivo de páginas e espaços de resposta por vezes inadequados;
- necessidade de ajuda a docentes de Língua Portuguesa e Matemática no preenchimento das grelhas informáticas por desconhecimento do uso do formato Excel ou por não possuírem meios informáticos compatíveis;
- erros nas grelhas de correcção informática do ensino básico. A entrega das disquetes com as grelhas de classificação originou uma acumulação de trabalho para o responsável pelos programas informáticos a nível do Agrupamento, sendo impossível em todas as situações a sua verificação em tempo útil e na presença dos professores classificadores;
- alguns órgãos de gestão das escolas continuaram a autorizar alterações muito tardias ao período de férias dos professores pertencentes à bolsa de correctores, o que aliadas ao facto de estas alterações não serem comunicadas ao Agrupamento ou serem comunicadas muito tardiamente, trouxeram enormes transtornos ao processo de distribuição das provas para correcção/classificação e reapreciação, o que provocou constantes telefonemas e atrasos na preparação das provas, exigindo um trabalho acrescido dos agrupamentos;
- apresentação de atestados médicos por um número significativo de classificadores

na altura da distribuição das provas para correcção/classificação, criando dificuldades na gestão da bolsa de correctores;

- incumprimento da Circular n.º 07/2005 e n.º 08/2005 - *Designação dos professores correctores/classificadores e relatores dos ensinos básico ou secundário* - por parte de alguns (poucos) estabelecimentos de ensino;
- elevado número de documentos a fotocopiar para entrega aos classificadores solicitado pelos supervisores num período de tempo muito curto e em simultâneo com outras tarefas urgentes;
- dificuldade na elaboração das actas das reuniões de correctores, em virtude de não haver quem lidere a reunião;
- a dificuldade dos classificadores de conciliarem a coexistência de actividades lectivas e reuniões de avaliação do 3º período, com reuniões de aferição dos critérios de classificação dos exames e correcção de provas, no mês de Junho;
- prazo muito reduzido para a inscrição nos exames nacionais do ensino secundário da 2.ª Fase, pelos alunos que pretenderam fazer melhoria de classificação, após a afixação dos resultados da 1.ª Fase, que teve lugar três dias antes do início dos exames nacionais da 2.ª Fase. Por outro lado exige, relativamente aos exames de equivalência à frequência, a calendarização de provas de todas as disciplinas, em vez de se marcarem apenas aquelas em que haja alunos inscritos;
- período curto para a correcção da prova de Psicologia (1.ª Fase) e outras provas (sobretudo na 2.ª Fase);
- todo o processo de exames da 2ª Fase decorre num período bastante limitado, com a agravante de estar em curso ainda o processo de reapreciações da 1ª Fase, o que torna extremamente difícil o trabalho nos Agrupamentos;
- a existência de 2 pautas na 2ª Fase, resultantes das duas candidaturas de acesso ao ensino superior, além de prolongar o período de trabalho dos Agrupamentos, arrastando o processo de reapreciação a todos os níveis (agrupamentos, escolas, relatores, alunos e famílias) até meados de Setembro, também implicou uma duplicação de tarefas e custos (guias, etiquetas, envelopes, pautas e demais documentação), ocasionando, pontualmente, erros de colocação de alunos (troca de pautas), que tiveram de ser posteriormente regularizados;
- maior risco de fraude nas provas com questões de escolha múltipla;
- a distribuição de provas de Filosofia e Inglês pelos classificadores é condicionada

pelo conhecimento que estes argumentaram ter das obras do programa, o que contribuiu para a perda de muito tempo nesta tarefa, atendendo a que existem várias combinações possíveis de obras, para além de existirem classificadores que nunca foram convocados porque as obras que abordaram na sua prática lectiva não foram contempladas nas escolhas dos alunos, que não os seus;

- ausência de supervisão ao exame da disciplina de Português B (139), de Português A (138) e Psicologia (140);
- nos exames de equivalência à frequência, cuja reapreciação é da responsabilidade do Agrupamento, por vezes ocorrem problemas resultantes de lapsos cometidos na elaboração das matrizes, enunciados e/ou critérios de correcção/classificação;
- o pré-aviso de greves de funcionários e professores causou algumas indefinições nos procedimentos a adoptar pelas escolas e agrupamentos.

Refere-se ainda que, particularmente na 2.<sup>a</sup> Fase, se verificaram pontualmente algumas trocas de provas, ocorrências estas resolvidas e ultrapassadas sem prejuízo para os alunos. Considerando que na 2.<sup>a</sup> Fase as escolas recebem sacos de todas as disciplinas/códigos, para garantir a qualquer aluno a possibilidade de realizar exame de qualquer disciplina em que se inscreva, dado que o prazo de inscrição nos exames não permitiria uma distribuição dos enunciados necessários, em tempo útil, sublinha--se a necessidade de uma atenção redobrada na distribuição dos sacos de provas, por parte das escolas (órgãos de gestão, secretariados de exames e vigilantes)

Finalmente, assinalamos que situação anómala ocorreu na área circundante da Escola Secundária Lima de Freitas (Setúbal) resultante de dois factores ambientais de dimensão significativa e perturbadora – intenso ruído provocado por trabalhos no aterro do Viso e incêndio na Serra da Arrábida. Estas circunstâncias criaram um clima desfavorável à realização de exames durante a realização do exame de Psicologia (código 140) da 2.<sup>a</sup> Fase, o que levou 14 alunos a solicitar a anulação do exame realizado e repetição do mesmo em nova data, tendo sido autorizado pela Presidente do JNE. Sublinhamos ainda que esta ocorrência exigiu a articulação do Júri com a Direcção Regional de Educação de Lisboa e a intervenção da Secretaria de Estado da Educação junto das Forças de Segurança locais, no sentido de interromper os ruídos intensos e garantir as condições ambientais benéficas à realização dos exames nacionais dos alunos daquela escola.

### 8.3. ATLETAS DE ALTA COMPETIÇÃO

A realização dos exames nacionais do ensino secundário por atletas de alta competição admite a adopção de medidas que viabilizem a participação dos jovens em eventos desportivos coincidentes com a época de exames. Estas medidas passam, nomeadamente, pela marcação de novos exames em datas específicas, o que exige uma boa coordenação entre o Instituto do Desporto de Portugal, as Federações das várias modalidades de desporto envolvidas, examinandos/atletas, Júri Nacional de Exames, GAVE e escolas. Nesta sequência, foi relevante a reunião preparatória entre o JNE e o Instituto do Desporto de Portugal, entidade que valida o estatuto do aluno/atleta e confirma as datas das actividades desportivas com interesse nacional em que estão envolvidos.

No entanto, esta articulação denotou algumas falhas técnicas, o que originou algumas dificuldades neste processo, nomeadamente:

- a indicação ao JNE, por parte do Instituto do Desporto de Portugal, das provas de exame das disciplinas que os atletas queriam efectuar em data especial, levando a que aqueles não os solicitassem directamente à Presidência do Júri Nacional de Exames, conforme o estipulado na legislação;
- a inexistência do requerimento dos examinandos/atletas obrigou o JNE solicitar às escolas que os alunos/atletas nelas inscritos o formulassem;
- a falta dos documentos necessários para a instrução dos processos, da responsabilidade quer dos examinandos/atletas quer do Instituto de Desporto de Portugal, entidade que validava as declarações necessárias, o que provocou atrasos na organização destes exames;
- o não cumprimento do prazo de apresentação dos pedidos de alteração das datas de exames, que tinha sido acordado entre o Júri Nacional de Exames e o Instituto de Desporto de Portugal, originou a impossibilidade de atender alguns pedidos, devido ao adiantado do processo, o que poderia comprometer a concretização dos exames;
- a não comunicação ao JNE da intenção de prescindir das datas especiais programadas e autorizadas para a realização dos exames nacionais pelos atletas

que, entretanto, os efectuaram numa das fases do calendário geral de exames por não se encontrarem em competição ou treinos, exigindo trabalho e custos acrescidos desnecessários;

- algumas anulações dos requerimentos só foram recebidas após a publicação das classificações de exame, e quando o processo da elaboração de provas, para data especial, já tinha sido solicitado ao GAVE;
- outras anulações dos requerimentos foram mesmo recebidas em vésperas das datas especiais de exames, quando a Presidência do JNE já tinha enviado os ofícios para conhecimento das escolas e Agrupamentos e para informação aos examinandos/atletas, o que implicou, mais uma vez, trabalho dispensável ao nível da elaboração e realização de provas, perturbando a organização do processo destes exames;
- nalgumas situações, os atletas não compareceram intencionalmente à realização dos exames em data especial, sem prévia comunicação às escolas, que se empenharam inutilmente na sua organização;

Neste contexto, dos 50 processos dos examinandos/atletas que foram analisados apenas 14 efectuaram os exames na data especial, que decorreu entre 10 e 17 de Agosto, o que levou a um acréscimo de custos, na medida em que as provas foram elaboradas pelo GAVE e entregues pelas Forças de Segurança nas Escolas e Agrupamentos envolvidos.

Para ultrapassar estas vicissitudes o JNE sugere, que, futuramente, se proceda simultaneamente a:

- maior clarificação das competências das Federações de Desporto, quanto ao procedimento a ter na formalização dos pedidos de alteração das datas de exame;
- marcação das datas especiais das provas de exame para atletas de alta competição num período mais afastado do previsto no calendário geral de exames.

#### **8.4. SUGESTÕES PARA OS EXAMES 2006**

- As reuniões de aferição de critérios orientados por supervisores deveriam ser

estendidas principalmente às disciplinas de Português A (138), Português B (139) e Psicologia (140);

- Os esclarecimentos aos critérios de classificação emanados do GAVE e entregues nas reuniões aos professores correctores/classificadores, devem, para total esclarecimento dos examinandos, ser disponibilizados aos alunos, em sede de consulta de prova para reapreciação;
- Um maior empenhamento do GAVE de modo a evitar o envio de adendas durante a realização das provas (factor de perturbação dos alunos), ou durante a sua correcção, implicando um trabalho acrescido para o Agrupamento, resultante da necessidade de avisar todos os professores correctores/classificadores;
- A nomeação de mais um técnico informático para o Agrupamento, devido à sobrecarga de trabalho com a realização dos exames do ensino básico;
- Ponderar a possibilidade do responsável dos programas informáticos do Agrupamento usufruir uma remuneração igual à do substituto do responsável do Agrupamento, considerando, para além do período alargado de trabalho, o apoio continuado que faculta aos responsáveis dos programas informáticos ENES e ENEB nas diferentes escolas, o papel fundamental que desempenha na detecção das discrepâncias das classificações de exames;
- Ter os programas ENES e ENEB completamente funcionais em meados de Maio, para ser possível dar formação aos técnicos de informática das escolas;
- Maior rigor no cumprimento das férias dos técnicos do ENES, em relação às datas de remessas de dados e sua validação pelo Agrupamento;
- Cada escola deve assegurar a existência de dois técnicos dos programas informáticos com formação adequada, por forma a que no mês de Agosto, esteja pelo menos um elemento a garantir o bom funcionamento do programa informático ( ENEB/ENES);
- Se reiniciem acções de formação para os elementos dos agrupamentos que utilizam o programa ENEB e/ou ENES;
- Se produzam, no futuro, as guias e as etiquetas da troca de provas entre Agrupamentos;
- Os Agrupamentos devem ser dotados de uma linha ADSL (banda larga), para acelerar as comunicações;
- Os alunos do ensino básico que transitaram da situação de alunos internos para

alunos autopropostos no período imediatamente anterior ao início dos exames nacionais, devem realizar a nível nacional apenas as provas de Língua Portuguesa e Matemática. Nas restantes disciplinas do currículo a que ficam sujeitos, devem apenas realizar exames de equivalência à frequência, para efeitos de conclusão de ciclo, nas disciplinas em que obtiveram classificação inferior a nível três;

- A eliminação no cabeçalho da folha de prova do campo “Curso/Agrupamento”, uma vez que durante a correcção pode induzir em erro por identificação do estabelecimento de ensino e ainda porque, em casos de certos cursos, nomeadamente, das escolas profissionais, ou cursos tecnológicos administrados só numa escola, a simples referência ao curso identifica automaticamente a escola onde ele existe;
- Os cabeçalhos das folhas dos exames de equivalência à frequência só devem ter espaço para o aluno identificar o nome da escola no destacável, para garantir o sigilo da prova em sede de reapreciação;
- Os exames com maior número de alunos inscritos deveriam ser realizados nos primeiros dias do calendário, nomeadamente, os exames das disciplinas de Psicologia, Biologia e mesmo Física;
- Exigência de um melhor desempenho dos professores vigilantes em consonância com as normas estabelecidas, prevenindo a existência de situações anómalas de que podem decorrer prejuízos que afectem os examinandos e/ou outros intervenientes no processo de exames ou que provoquem custos;
- A partir do período das inscrições para os exames, o órgão de gestão do estabelecimento de ensino deve permitir que os responsáveis do Agrupamento e técnicos do ENES/ENEB reservem 2 horas semanais da componente não lectiva do seu horário, para desenvolver o trabalho de preparação dos exames;
- Alargar a todas as disciplinas o uso de disquetes programadas ou pelo menos tornar obrigatório o seu uso às disciplinas do ensino secundário com supervisão;
- Criação de um modelo de impresso a divulgar nas Normas 02 que permita aos responsáveis de Agrupamento o indeferimento liminar do pedido de reapreciação, quando tal se justifique;
- Articulação entre o JNE e o GAVE, no sentido deste disponibilizar ao JNE a base informática dos modelos das grelhas de correcção/classificação de cada prova, para

poderem ser adaptadas às várias fases do processo de exames – reapreciação e reclamação – contribuindo assim para uma maior uniformização dos documentos a utilizar;

- As escolas da mesma área pedagógica devem articular entre si para efeitos de autorização de férias a gozar por docentes, particularmente, nos grupos com um número reduzido de professores, de modo a estar garantida a disponibilidade de classificadores para a correcção/classificação de provas da 2.<sup>a</sup> Fase e/ou reapreciação de exames;
- O GAVE deve reproduzir algumas provas de exame em suporte informático para alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente que utilizem equipamento informático na sua realização (alunos com deficiência visual ou com deficiência motora).

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na globalidade, o processo de exames decorreu bem devido não só à disponibilidade dos elementos de todas as estruturas do Júri Nacional de Exames, bem como dos membros dos Secretariados de Exame das escolas do ensino secundário que, de ano para ano, tentam manter a maior parte dos seus elementos e, ainda, do assinalável empenho, esforço e dedicação dos novos Secretariados de Exames das escolas do ensino básico, tendo em conta que estas escolas efectuaram pela primeira vez exames nacionais.

O desempenho das funções dos Agrupamentos de Exame foi muitíssimo mais complexo dada a enorme sobrecarga de trabalho, na sequência da introdução dos exames do ensino básico, que exigiram tarefas coincidentes com as do ensino secundário, a realizar simultaneamente com o serviço inerente às reapreciações das provas da 1.<sup>a</sup> Fase e a realização dos exames nacionais da 2.<sup>a</sup> Fase.

O processo de exames do ensino básico decorreu com normalidade, pese embora a definição/informação tardia de normativos e procedimentos devidos às contingências do contexto em que se realizou.

O processo de exames do ensino secundário decorreu sem problemas relevantes, porque já

consolidado. Assinalamos que o número de reclamações diminuiu relativamente aos anos transactos e a maioria das que foram apresentadas ao JNE, apenas contestaram a classificação das provas ao nível de décimas de valor em disciplinas que funcionaram como provas de ingresso nos cursos superiores de mais difícil acesso.

Finalmente, salientamos a grande articulação entre o GAVE, a EME e o JNE, não esquecendo a eficaz colaboração do Gestor dos Programas Informáticos, das Forças da Segurança do M.E., P.S.P. e G.N.R., no espírito de se garantir o bom êxito de todo o processo de exames, no qual milhares de alunos depositaram toda a esperança para alcançar o percurso de vida que desejam.

## II. ANÁLISE ESTATÍSTICA DE RESULTADOS

### II – 1 ENSINO BÁSICO

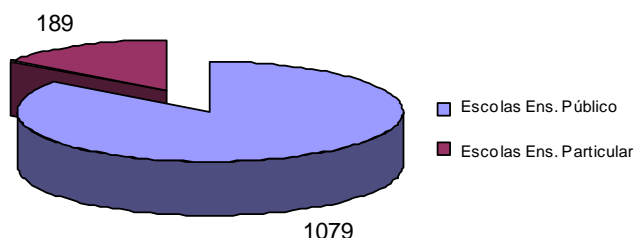
#### 1. CARACTERIZAÇÃO

Os dados analisados decorrem dos resultados dos exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática do Ensino Básico, os quais foram aplicados, pela primeira vez em 2004/2005, a todos os alunos do 9º ano de escolaridade, à excepção dos alunos da Região Autónoma dos Açores que, no quadro da sua autonomia, não os realizaram.

Os referidos dados constam do programa informático ENEB (Exames Nacionais do Ensino Básico) que, para além de integrar os resultados por item, globais por escola, por concelho e por distrito, executa também determinadas operações estatísticas.

Os exames nacionais do Ensino Básico realizaram-se em 1268 escolas, sendo 7 escolas estrangeiras, 1079 do ensino público e 198 do ensino particular e cooperativo, integradas na área geográfica de intervenção de 33 Agrupamentos de Exames, os quais se encontram distribuídos pelas 7 Coordenações Regionais do Júri Nacional de Exames (JNE).

**Gráfico 1:** Natureza dos estabelecimentos de ensino



Os exames supracitados foram realizados em duas chamadas e envolveram 85100 alunos na prova de Língua Portuguesa e 84987 na prova de Matemática, abrangendo 47% de alunos do sexo masculino e 53% de alunos do sexo feminino.

**Quadro 1:** Número de provas de exame realizadas por disciplina e por sexo.

Disciplina	Nº de provas	Sexo masculino	Sexo feminino
Língua Portuguesa	85 100	47%	53%
Matemática	84 987	47%	53%

## 2. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

As situações especiais de exame de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente constam da Secção III do Regulamento de Exames do Ensino Básico (Despacho Normativo nº 15/2005, de 28 de Fevereiro).

Entretanto, com a publicação do Despacho Normativo nº 31/2005, de 12 de Maio, no ano lectivo de 2004/2005, ficaram dispensados da realização de exames nacionais do 9º ano de escolaridade os alunos que:

“1 -

*a) Revelassem necessidades educativas especiais de carácter permanente e exigissem, a nível de aprendizagem escolar adaptações curriculares ou outros procedimentos pedagógicos especializados previstos nos artigos 5º, 8º e 11º, nº 1 alínea a), todos do Decreto-Lei nº 319/91, de 23 de Agosto, devidamente explicitados nos respectivo plano educativo individual.*

*2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a avaliação sumativa externa dos alunos a que se refere o mesmo dispositivo pode revestir a forma de exame, a nível de escola, sob proposta do conselho de turma e após análise casuística, sendo aplicável, neste caso, com as devidas adaptações, o regime constante dos nº 15.2 a 15.2.8 do Regulamento dos Exames Nacionais do Ensino Básico, que integra o Despacho Normativo nº 15/2005, de 28 de Fevereiro.”*

No âmbito do estabelecido no ponto 2 do Despacho Normativo nº 31/2005, realizaram exames a nível de escola os seguintes alunos:

**Quadro 2:** Número de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente que realizaram exames a nível de escola, por chamada e disciplina.

Chamada	Disciplina	Nº de alunos
1ª	Língua Portuguesa	316
	Matemática	311
2ª	Língua Portuguesa	2
	Matemática	1

Para salvaguardar a equidade de circunstâncias entre os candidatos, todas as provas de exame realizadas a nível de escola, foram corrigidas nos respectivos Agrupamentos de Exames.

### 3. EXAMES NACIONAIS DO 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO (SITUAÇÕES ESPECIAIS)

Os alunos autopropostos dos 2º e 3º ciclos – situações especiais – realizaram provas escritas, orais e práticas (Despacho Normativo nº 15/2005, de 28 de Fevereiro), por se tratar de validação de ciclo, nas disciplinas abaixo identificadas:

#### 2ª Ciclo

**Quadro 3 :** Identificação do tipo de prova de exame por disciplina do 2º ciclo

Disciplina	Tipo de prova
Língua Portuguesa	Escrita e oral
Língua Estrangeira	Escrita e oral
História e Geografia de Portugal	Escrita
Matemática	Escrita
Ciências da Natureza	Escrita
Educação Visual e Tecnológica	Escrita
Educação Musical	Escrita

#### 3º Ciclo

Os alunos autopropostos do 3º ciclo realizaram as provas nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática que foram aplicadas a todas os alunos do 9º ano.

**Quadro 4** : Identificação do tipo de prova de exame por disciplina do 3º ciclo

Disciplina	Tipo de prova
Língua Portuguesa	Escrita e oral
Língua Estrangeira I	Escrita e oral
Língua Estrangeira II	Escrita e oral
História	Escrita e oral
Geografia	Escrita e oral
Matemática	Escrita e oral
Ciências Naturais	Escrita e oral
Físico Química	Escrita e oral
Educação Visual	Prática
Educação Tecnológica	Prática

Atendendo a que a homologação de resultados dos exames realizados para este tipo de alunos é da responsabilidade do órgão de gestão da escola, à excepção dos resultados de exame de Língua Portuguesa e de Matemática do 3º ciclo que foram homologados pelo Júri Nacional de Exames e ainda o facto do programa ENEB não ter contemplado estas situações, os dados não constam do presente relatório.

## 4. RESULTADOS

### 4.1. CORRECÇÃO/ CLASSIFICAÇÃO

Na análise dos resultados dos alunos internos do 9º ano de escolaridade, importa ter em conta a classificação de exame (CE) e a classificação de frequência no final do 3º período (Cf).

Tendo em conta a dimensão do parque escolar do ensino básico, nomeadamente o elevado número de escolas com 3º ciclo, os resultados são apresentados em termos de médias de nível, tanto da classificação de frequência como da classificação de exames, por concelhos/distrito e por distrito.

Uma análise estatística correcta destes resultados deverá ponderar vários factores, designadamente:

- características das escolas tendo em conta o tipo de gestão exercida, os recursos humanos e materiais;
- estabilidade do corpo docente;
- localização geográfica das escolas no panorama nacional;

- características sócio – culturais, económicas e académicas das famílias;

As médias nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática, bem como os respectivos desvios padrão, constam do seguinte quadro:

**Quadro 5** : Média de nível nacional e respectivo desvio padrão das classificações de exame e de frequência, por disciplina.

Disciplina	Média		Desvio padrão	
	CF	CE	CF	CE
Língua Portuguesa	3	3	0,2	0,3
Matemática	3,1	2,2	0,3	0,4

As médias de CF e de CE, por concelho/distrito, constam do seguinte quadro:

**Quadro 6** : médias de nível das classificações de frequência e de exame de Língua Portuguesa e de Matemática, por concelhos/distrito

**Distrito de Aveiro**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,23</i>	<i>3,05</i>	<i>3,14</i>	<i>2,34</i>
<b>Concelhos</b>				
Águeda	2,98	2,82	2,97	2,04
Albergaria -a-Velha	3,29	3,05	3,02	2,25
Anadia	3,29	3,02	3,14	2,36
Arouca	3,15	2,85	3,10	2,14
Aveiro	3,25	3,17	3,06	2,44
Castelo de Paiva	3,11	2,82	2,98	2,05
Espinho	3,38	3,30	3,26	2,60
Estarreja	3,34	2,88	3,25	2,06
Ílhavo	3,16	3,14	2,94	2,24
Mealhada	3,28	2,99	3,17	2,27
Murtosa	3,12	3,21	3,12	2,19
Oliveira de Azeméis	3,27	3,13	3,07	2,25
Oliveira do Bairro	3,16	2,88	2,96	2,22
Ovar	3,21	3,07	3,21	2,27
Santa Maria da Feira	3,22	3,05	3,00	2,14
São João da Madeira	3,40	3,06	3,16	2,31
Sever do Vouga	3,22	3,23	3,29	2,23
Vagos	3,35	3,12	3,15	2,44
Vale de Cambra	3,26	2,95	3,30	2,33

**Distrito de Beja**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,16</i>	<i>2,95</i>	<i>3,08</i>	<i>2,16</i>
<b>Concelhos</b>				
Ajustrel	3,03	2,90	2,79	2,05
Almodôvar	3,18	2,57	2,67	1,63
Alvito	3,00	2,88	3,25	2,38
Barrancos	3,00	2,90	2,40	1,70
Beja	3,21	2,99	3,23	2,19
Castro Verde	3,22	3,01	3,26	1,79
Cuba	3,47	2,88	2,74	2,03
Ferreira do Alentejo	3,12	2,92	3,08	2,00
Mértola	3,03	2,64	3,03	2,09
Moura	3,24	2,83	3,07	2,03
Odemira	3,11	2,99	3,01	2,19
Ourique	2,89	2,94	2,91	1,80
Serpa	3,24	3,29	3,00	2,18
Vidigueira	2,85	3,05	2,88	2,17

**Distrito de Braga**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,14</i>	<i>2,97</i>	<i>3,07</i>	<i>2,15</i>
<b>Concelhos</b>				
Amares	3,18	2,74	2,80	1,79
Barcelos	3,11	3,00	3,02	2,19
Braga	3,21	3,14	3,14	2,27
Cabeceiras de Basto	3,17	2,95	3,28	2,03
Celorico de Basto	3,04	2,77	2,96	1,82
Esposende	2,96	2,99	3,02	2,05
Fafe	3,22	2,82	3,10	2,00
Guimarães	3,18	2,90	3,03	2,06
Póvoa do Lanhoso	3,03	2,85	2,84	1,82
Terras de Bouro	3,15	2,75	2,87	1,87
Vieira do Minho	2,74	2,73	2,87	1,85
Vila Nova de Famalicão	3,19	3,00	3,07	2,09
Vila Verde	3,02	2,78	2,93	1,81
Vizela	3,09	3,09	2,97	2,05

**Distrito de Bragança**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,20</i>	<i>3,02</i>	<i>3,07</i>	<i>2,24</i>
<b>Concelhos</b>				
Alfândega da Fé	3,71	3,24	3,52	2,00
Bragança	3,33	2,95	3,06	2,21
Carrazede de Ancieães	2,88	2,59	2,88	1,84
Freixo de Espada à Cinta	3,62	2,92	2,69	1,92
Macedo de Cavaleiros	3,16	3,17	2,95	2,22
Miranda do Douro	3,23	3,19	2,84	2,25
Mirandela	3,13	3,01	2,95	2,13
Mogadouro	3,27	2,83	2,96	2,04
Torre de Moncorvo	3,04	3,10	3,00	1,96
Vilal Flor	3,32	3,15	3,26	2,24
Vimioso	2,78	3,39	3,00	1,83
Vinhais	3,09	3,16	2,96	2,00

**Distrito de Castelo Branco**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,19</i>	<i>3,06</i>	<i>3,04</i>	<i>2,20</i>
<b>Concelhos</b>				
Belmonte	3,06	3,31	3,08	2,27
Castelo Branco	3,30	3,11	3,08	2,31
Covilhã	3,24	3,15	3,10	2,24
Fundão	3,11	3,00	2,87	2,01
Idanha-a-Nova	3,16	2,87	2,78	1,73
Oleiros	3,04	2,79	3,04	2,21
Penamacor	3,27	3,00	2,96	2,13
Proença-a-Nova	3,17	2,86	3,06	1,90
Sertã	3,06	2,93	2,87	2,10
Vial de Rei	2,78	2,70	2,89	2,41
Vial Velha de Ródão	3,50	3,00	3,50	2,00

**Distrito de Coimbra**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,20</i>	<i>3,13</i>	<i>3,15</i>	<i>2,41</i>
<b>Concelhos</b>				
Arganil	3,08	3,15	2,91	1,94
Cantanhede	3,14	2,99	2,96	2,34
Coimbra	3,29	3,36	3,19	2,57
Condeixa-a-Nova	3,23	3,00	3,13	2,37
Figueira da Foz	3,22	3,10	3,21	2,44
Góis	3,11	2,84	3,00	2,21
Lousã	3,31	2,85	3,05	2,07
Miranda do Corvo	3,31	2,89	2,83	1,82
Montemor-o-Velho	3,06	3,03	3,14	2,28
Oliveira do Hospital	3,07	3,13	3,15	2,23
Pampilhosa da Serra	2,93	2,45	2,38	1,52
Penacova	3,13	2,91	3,27	2,04
Penela	2,95	2,65	2,50	1,78
Soure	3,01	2,97	2,89	2,12
Vila Nova de Poiares	2,69	2,95	2,94	1,94

**Distrito de Évora**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,27</i>	<i>3,18</i>	<i>3,15</i>	<i>2,15</i>
<b>Concelhos</b>				
Alandroal	3,42	3,05	3,00	2,05
Arraiolos	2,94	2,88	3,24	2,22
Borba	3,27	3,16	3,23	1,84
Estremoz	3,05	3,22	2,93	2,16
Évora	3,41	3,27	3,09	2,32
Montemor-o-Novo	3,14	3,14	3,19	2,05
Mora	3,04	3,23	3,04	1,58
Mourão	3,23	2,54	2,92	1,92
Portel	3,11	2,91	2,67	1,64
Redondo	3,05	3,26	3,08	1,76
Reguengos de Monsaraz	3,27	3,07	3,25	1,86
Vendas Novas	3,33	3,19	3,20	2,16
Viana do Alentejo	3,43	3,21	3,36	1,90
Vila Viçosa	3,61	3,43	3,50	2,34

**Distrito de Faro**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,19</i>	<i>2,94</i>	<i>3,12</i>	<i>2,08</i>
<b>Concelhos</b>				
Albufeira	2,96	2,92	3,12	1,95
Alcoutim	3,10	2,71	3,14	2,05
Aljezur	2,86	3,21	2,96	2,00
Castro Marim	3,15	2,85	2,96	2,26
Faro	3,20	3,10	3,07	2,17
Lagoa	3,14	2,84	3,11	1,89
Lagos	3,26	2,79	3,00	1,93
Loulé	3,32	2,93	3,21	2,01
Monchique	3,36	3,09	3,13	2,44
Olhão	3,20	2,96	3,10	1,82
Portimão	3,26	2,98	3,19	2,13
S.Brás de Alportel	3,13	2,77	3,20	1,76
Silves	3,21	2,92	3,03	2,02
Tavira	3,04	2,96	3,14	2,00
Vila do Bispo	3,26	2,78	2,85	1,89
Vila Real de Santo António	3,21	2,84	3,11	2,13

**Distrito de Guarda**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,25</i>	<i>2,94</i>	<i>3,19</i>	<i>2,19</i>
<b>Concelhos</b>				
Aguiar da Beira	3,40	2,77	3,17	2,08
Almeida	3,05	2,85	3,00	1,98
Celorico da Beira	3,33	2,99	3,13	1,99
Fornos de Algodres	2,86	2,49	2,87	1,77
Gouveia	3,16	3,21	3,21	2,29
Guarda	3,35	3,13	3,34	2,42
Manteigas	3,03	3,24	2,95	2,00
Mêda	3,34	2,73	2,68	1,81
Pinhão	3,11	2,74	2,88	2,15
Sabugal	3,15	2,90	2,98	2,17
Seia	3,13	2,93	3,13	1,95
Trancoso	3,71	2,73	3,43	2,45
Vila Nova de Foz Côa	3,30	2,69	3,00	1,73

**Distrito de Leiria**

Concelhos	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,21</i>	<i>3,06</i>	<i>3,10</i>	<i>2,28</i>
<b>Concelhos</b>				
Alcobaça	3,23	3,12	3,08	2,30
Alvaiázere	2,96	2,88	2,68	1,95
Ancião	3,19	3,04	3,14	2,33
Batalha	3,23	2,86	3,26	2,09
Bombarral	2,96	3,10	2,88	2,00
Caldas da Rainha	3,42	3,13	3,10	2,24
Castanheira de Pera	3,07	2,46	2,71	1,96
Figueiró dos Vinhos	3,13	2,82	2,86	1,91
Leiria	3,24	3,11	3,09	2,38
Marinha Grande	3,13	3,11	3,12	2,28
Nazaré	3,19	2,95	3,16	2,04
Óbidos	3,13	2,91	2,91	2,16
Pedrógão Grande	2,66	2,62	2,93	1,69
Peniche	3,06	2,94	2,93	1,93
Pombal	3,24	2,99	3,17	2,32
Porto de Mós	3,08	3,15	3,11	2,22

**Distrito de Lisboa**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,22</i>	<i>3,13</i>	<i>3,13</i>	<i>2,39</i>
<b>Concelhos</b>				
Alenquer	3,11	2,96	3,04	2,03
Amadora	3,04	2,95	3,10	1,97
Arruda dos Vinhos	3,16	3,29	2,68	2,66
Azambuja	3,22	2,95	2,80	1,97
Cadaval	3,23	2,99	3,22	2,09
Cascais	3,20	3,18	3,12	2,39
Lisboa	3,27	3,30	3,14	2,54
Loures	3,19	3,00	3,00	2,07
Lourinhã	3,37	2,93	3,30	1,99
Mafra	3,12	3,02	3,07	2,11
Odivelas	3,09	3,02	2,92	2,11
Oeiras	3,32	3,15	3,16	2,36
Sintra	3,22	3,09	3,02	2,08
Sobral de Monte Agraço	3,05	3,21	2,73	2,27
Torres Vedras	3,30	3,04	3,07	2,15
Vila Franca de Xira	3,28	3,08	3,01	2,19

**Região Autónoma da Madeira**

Concelhos	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,21</i>	<i>3,00</i>	<i>3,07</i>	<i>1,97</i>
<b>Concelhos</b>				
Calheta	3,11	2,79	2,95	1,83
Câmara de Lobos	3,15	2,99	2,95	1,79
Funchal	3,26	3,09	3,17	2,08
Machico	3,07	2,80	2,97	1,95
Ponta do Sol	3,15	2,77	3,04	1,80
Porto Moniz	3,31	3,69	2,38	2,50
Porto Santo	3,15	2,90	3,18	1,85
Ribeira Brava	3,44	2,99	2,81	1,70
Santa Cruz	3,18	2,94	2,94	1,81
Santana	3,23	2,96	2,72	1,81
S.Vicente	3,09	2,91	3,12	1,88

**Distrito de Porto**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,17</i>	<i>3,05</i>	<i>3,16</i>	<i>2,31</i>
<b>Concelhos</b>				
Amarante	3,17	2,99	3,02	2,10
Baião	3,12	2,84	2,89	1,92
Felgueiras	3,15	2,91	2,96	2,00
Gondomar	3,14	3,02	3,06	2,13
Lousada	3,10	2,76	2,96	1,77
Maia	3,19	3,01	3,01	2,14
Marco de Canavezes	3,16	2,86	2,96	2,07
Matosinhos	3,11	3,05	3,02	2,13
Paços de Ferreira	3,23	2,96	3,00	2,05
Paredes	3,11	3,01	3,03	2,10
Penafiel	3,21	2,97	2,96	2,07
Porto	3,28	3,21	3,14	2,38
Póvoa de Varzim	3,18	3,07	3,01	2,29
Santo Tirso	3,20	3,00	3,12	2,19
Trofa	3,20	3,05	2,99	2,14
Valongo	3,25	2,99	3,12	2,06
Vila do Conde	3,15	3,00	3,15	2,20
Vila Nova de Gaia	3,08	3,15	3,02	2,22

**Distrito de Portalegre**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,26</i>	<i>2,89</i>	<i>3,09</i>	<i>2,10</i>
<b>Concelhos</b>				
Alter do Chão	2,91	2,82	3,18	2,00
Arronches	2,85	3,00	2,40	1,84
Avis	3,10	3,07	2,87	1,73
Campo Maior	3,29	2,73	3,13	2,20
Castelo de Vide	3,84	2,88	3,53	1,92
Crato	3,33	3,44	3,11	2,22
Elvas	3,32	2,83	3,10	1,99
Fronteira	3,33	2,50	2,63	1,93
Gavião	3,39	2,96	2,57	2,17
Marvão	3,17	3,13	3,29	2,25
Nisa	3,19	2,93	2,93	1,93
Ponte de Sôr	3,27	2,77	3,10	2,07
Portalegre	3,31	3,00	3,19	2,21
Sousel	2,83	2,93	2,80	1,80

**Distrito de Santarém**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,24</i>	<i>3,06</i>	<i>3,19</i>	<i>2,36</i>
<b>Concelhos</b>				
Abrantes	3,28	3,25	3,14	2,03
Alcanena	3,22	3,32	3,00	2,51
Almeirim	3,20	3,02	3,34	2,08
Alpiarça	3,45	3,20	3,33	2,41
Benavente	2,82	3,12	2,82	2,02
Cartaxo	3,20	2,99	3,18	2,11
Chamusca	2,92	3,03	2,92	1,71
Constância	3,57	3,14	2,96	2,07
Coruche	3,40	3,00	3,02	2,45
Entroncamento	3,53	3,31	3,42	2,47
Ferreira do Zêzere	3,24	2,42	2,48	1,60
Golegã	3,32	3,23	3,48	2,16
Mação	2,98	2,75	2,98	2,09
Ourém	3,25	3,15	3,10	2,39
Rio Maior	3,31	2,82	3,13	1,99
Salvaterra de Magos	3,21	2,78	3,17	2,06
Santarém	3,27	3,13	3,30	2,40
Sardoal	3,17	2,69	3,04	1,75
Tomar	3,16	2,87	2,92	1,97
Torres Novas	3,35	3,11	3,17	2,27
Vial Nova da Barquinha	3,11	3,19	3,03	2,05

**Distrito de Setúbal**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,19</i>	<i>3,04</i>	<i>3,04</i>	<i>2,17</i>
<b>Concelhos</b>				
Alcácer do Sal	3,55	2,88	2,84	2,13
Alcochete	3,14	2,76	3,16	1,86
Almada	3,16	3,06	3,00	2,14
Barreiro	3,32	3,03	3,23	2,13
Grândola	3,20	3,20	3,04	2,38
Moita	2,94	2,84	2,96	1,86
Montijo	3,40	3,09	3,03	1,98
Palmela	3,28	3,12	3,21	2,09
Santiago do Cacém	3,12	3,04	3,10	2,08
Seixal	3,21	3,01	2,97	2,12
Sesimbra	3,16	2,99	3,20	2,02
Setúbal	3,22	3,18	2,97	2,16
Sines	3,28	3,00	2,98	2,02

**Distrito de Viana do Castelo**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,24</i>	<i>2,96</i>	<i>3,16</i>	<i>2,21</i>
<b>Concelhos</b>				
Arcos de Valdevez	3,14	2,94	3,06	1,95
Caminha	3,34	2,82	3,24	2,30
Melgaço	3,37	3,25	3,20	2,23
Monção	3,35	3,11	3,41	2,21
Paredes de Coura	3,10	2,86	2,78	2,05
Ponte da Barca	3,22	2,61	2,97	1,83
Ponte de Lima	3,31	2,86	3,19	2,21
Valença	2,88	2,99	3,04	2,04
Viana do Castelo	3,24	3,04	3,18	2,20
Vila Nova de Cerveira	3,23	3,08	2,87	2,18

**Distrito de Vila Real**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,04</i>	<i>2,86</i>	<i>3,04</i>	<i>2,24</i>
<b>Concelhos</b>				
Alijó	3,09	2,91	2,95	2,01
Boticas	3,00	2,72	2,95	1,79
Chaves	3,09	2,91	3,08	2,32
Mesão Frio	2,68	2,67	2,89	1,64
Modim de Basto	3,21	2,57	3,00	1,49
Montalegre	2,99	2,72	2,90	1,91
Murça	3,10	2,55	3,23	1,78
Peso da Régua	3,05	2,92	2,94	1,98
Ribeira de Pena	3,08	2,64	3,00	1,82
Sabrosa	2,93	3,07	2,83	2,07
Santa Marta de Penaguim	2,88	2,73	2,94	1,91
Valpaços	2,91	2,83	2,83	2,01
Vila Pouca de Aguiar	3,00	2,78	2,61	2,04
Vila Real	3,07	2,98	2,99	2,28

**Distrito de Viseu**

	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
<i>Médias do distrito</i>	<i>3,22</i>	<i>3,01</i>	<i>3,08</i>	<i>2,23</i>
<b>Concelhos</b>				
Armamar	3,26	2,75	2,87	1,85
Carregal do Sal	3,19	3,06	2,91	2,30
Castro Daire	3,34	3,06	3,15	1,89
Sinfães	3,02	2,78	3,06	1,97
Lamego	3,20	3,10	3,14	2,20
Mangualde	3,25	2,99	3,08	2,22
Moimenta da Beira	3,40	2,89	3,02	2,42
Mortágua	3,32	3,01	3,13	2,36
Nelas	3,20	2,85	3,08	2,11
Oliveira de Frades	3,10	3,01	2,70	2,17
Penalva do Castelo	3,05	2,75	3,23	1,89
Penedono	2,92	2,87	2,88	2,40
Resende	3,14	3,03	2,93	1,84
Santa Comba Dão	3,07	3,04	3,11	2,05
S. João da Pesqueira	3,07	2,76	2,76	1,86
S. Pedro do Sul	3,19	2,80	2,95	2,16
Sátão	3,30	2,96	2,97	2,18
Sernancelhe	3,49	2,80	3,10	2,07
Tabuaço	3,09	2,84	3,10	1,86
Tarouca	3,11	3,02	3,07	1,89
Tondela	3,18	3,07	3,07	2,24
Vila Nova de Paiva	3,37	3,15	2,90	2,47
Viseu	3,30	3,14	3,14	2,38
Vouzela	3,08	2,97	3,13	2,02

Os quadros permitem uma leitura global dos resultados obtidos nas provas de exame de Língua Portuguesa e de Matemática, por concelho.

Tendo como referência a média de nível da classificação de frequência e a média de nível da classificação de exame, foram apurados os concelhos com melhores e piores médias nas duas componentes de avaliação em análise (classificação final de frequência/ 3º período e classificação de exame), por disciplina. Assim, constituiu-se como critério de selecção os concelhos cujos resultados se situaram acima ou abaixo das médias nacionais das referidas classificações.

a) No âmbito da *Língua Portuguesa* é possível destacar o seguinte:

- os concelhos que obtiveram melhores médias de nível de frequência foram Trancoso (3,71) no distrito da Guarda, Vila Viçosa (3,61) no distrito de Évora e Alcácer do Sal (3,55) no distrito de Setúbal;
- as piores médias de nível de frequência foram atingidas nos concelhos de Pedrógão Grande (2,66) no distrito de Leiria, Vila Nova de Poiares (2,69) no distrito de Coimbra e, em ex aequo, Vimioso no distrito de Bragança e Vila do Rei no distrito de Castelo Branco (ambos com 2,78).

Os concelhos de Trancoso e Alcácer do Sal com melhores médias de nível de frequência, em situação de exame, obtiveram classificações inferiores, enquanto que os concelhos com piores resultados obtiveram classificações que se aproximaram mais da média nacional.

Os melhores resultados, em termos de média de nível de exame, foram atingidos nos concelhos de Porto Moniz (3,69) na R. A. Madeira, Coimbra (3,36) no distrito de Coimbra, Belmonte (3,31) no distrito de Castelo Branco e Lisboa (3,30) no distrito de Lisboa.

Contrariamente, os concelhos de Ferreira do Zêzere (2,42) no distrito de Santarém, Pampilhosa da Serra (2,45) no distrito de Coimbra, Castanheira de Pêra no distrito de Leiria e Fornos de Algodres no distrito da Guarda (ambos com 2,49) alcançaram os piores resultados de média de nível de classificação de exame.

No caso das classificações de Língua Portuguesa, constata-se que as diferenças de resultados, tanto positivas como negativas, não se afastam significativamente das médias

de nível nacional, o que denota um certo equilíbrio entre as classificações resultantes da avaliação interna e da avaliação externa.

B) Na disciplina de *Matemática*, verificamos o seguinte

- os concelhos de Castelo de Vide (3,53) no distrito de Portalegre, Vila Viçosa no distrito de Évora e Vila Velha de Ródão no distrito de Castelo Branco (em ex aequo com 3,50), Trancoso (3,43) no distrito da Guarda, Monção (3,41) no distrito de Viana do Castelo, Viana do Alentejo (3,36) no distrito de Évora e, finalmente, Vale de Cambra (3,30) no distrito de Aveiro obtiveram resultados superiores à média de nível de classificação de frequência;
- os concelhos de Pampilhosa da Serra (2,38) no distrito de Coimbra, Castelo de Vide (2,40) no distrito de Portalegre, Ferreira do Zêzere (2,48) no distrito de Santarém e Penela (2,50) no distrito de Coimbra atingiram médias de nível inferior à média de nível nacional das classificações de frequência.

No que concerne às classificações obtidas na prova de exame de Matemática, há a salientar o seguinte:

- os concelhos de Arruda dos Vinhos (2,66) no distrito de Lisboa, Espinho (2,60) no distrito de Aveiro, Coimbra (2,57) no distrito de Coimbra, Alcanena (2,51) no distrito de Santarém Porto Moniz (2,50) na R. A. da Madeira atingiram as melhores classificações;
- as médias de nível mais baixas, neste tipo de prova, foram obtidas nos concelhos de Mondim de Basto (1,49) no distrito de Vila Real, Ferreira do Zêzere (1,60) no distrito de Santarém, Almodôvar (1,63) no distrito de Beja, Mesão Frio no distrito de Vila Real e Portel no distrito de Évora (em ex aequo com 1,64) e Pedrógão Grande (1,69) no distrito de Leiria.

No cômputo geral, constatamos grande discrepância entre a média de nível de exame e a média de nível de frequência, o que evidencia um desempenho significativamente inferior dos alunos na prova de exame nesta disciplina.

Os resultados apresentados, pelo facto de se constituírem em concelho, devem ser analisados com uma certa prudência, uma vez que se encontram expressos em termos de médias de nível, valores decorrentes de todas as escolas que integram o concelho. Neste sentido, há que ter presente que muitas dessas escolas obtiveram classificações positivas, quer em Língua Portuguesa quer em Matemática.

Seguidamente, apresentamos o quadro com as médias de nível de classificação de frequência e de exame, das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, por distrito.

**Quadro 7** : médias de nível das classificações de frequência e de exame de Língua Portuguesa e de Matemática, por distrito

Distritos	Língua Portuguesa		Matemática	
	Média de nível freq.	Média de nível exame	Média de nível freq.	Média de nível exame
Aveiro	3,23	3,05	3,14	2,34
Beja	3,16	2,95	3,08	2,16
Braga	3,14	2,97	3,07	2,15
Bragança	3,20	3,02	3,07	2,24
Castelo Branco	3,19	3,06	3,04	2,20
Coimbra	3,20	3,13	3,15	2,41
Évora	3,27	3,18	3,15	2,15
Faro	3,19	2,94	3,12	2,08
Guarda	3,25	2,94	3,19	2,19
Leiria	3,21	3,06	3,10	2,28
Lisboa	3,22	3,13	3,13	2,39
Portalegre	3,26	2,89	3,09	2,10
Porto	3,17	3,05	3,16	2,31
R.A.Madeira	3,21	3,00	3,07	1,97
Santarém	3,24	3,06	3,19	2,36
Setúbal	3,19	3,04	3,04	2,17
Viana do Castelo	3,24	2,96	3,16	2,21
Vila Real	3,04	2,86	3,04	2,24
Viseu	3,22	3,01	3,08	2,23

Os resultados constantes do quadro 7 permitem verificar quais os distritos que atingiram médias de nível de frequência e de exame mais elevadas e mais baixas.

Importa novamente realçar o facto das médias de distrito traduzirem as médias de um conjunto significativo de escolas integradas em concelhos e estes, por sua vez, em distritos. Neste sentido, nem todas as escolas obtiveram média de classificação equivalente à média nacional.

O distrito que atingiu melhor média de nível, tanto na classificação de frequência como na de exame, na disciplina de Língua Portuguesa foi o de Évora. No entanto, outros distritos também se destacam pela positiva, designadamente:

- ao nível das classificações de frequência: Portalegre (3,26); Guarda (3,25), Santarém e Viana do Castelo (com 3,24), Aveiro (3,23) e Viseu e Lisboa (ambos com 3,22);
- ao nível das classificações de exame: Coimbra e Lisboa com 3,13.

No que diz respeito à disciplina de Matemática, os resultados baixaram significativamente, quer em relação à disciplina de Língua Portuguesa, quer em relação aos resultados de frequência na própria disciplina.

As médias de nível de classificação de frequência mais elevadas foram atingidas nos distritos de Guarda e Santarém (ex aequo 3,19), Porto e Viana do Castelo (ambos com 3,16), Coimbra (3,15) e Lisboa (3,13). Estes distritos destacam-se, também, com médias de nível de classificação de exame mais elevadas, bem como o distrito de Aveiro. Assim, temos: Coimbra (2,41), Lisboa (2,39), Santarém (2,36), Aveiro (2,34) e Porto (2,31).

O distrito da Guarda obteve média de nível de classificação de exame de 2,19 e Viana do Castelo 2,21.

A pior média de nível de exame foi atingida na Região Autónoma da Madeira com 1,97.

De assinalar ainda que todos os distritos atrás referidos se localizam na zona litoral do País, surgindo os centros urbanos com melhor desempenho.

Tendo como base a tabela das classificações por distrito, apresentam-se no anexo A mapas de Portugal Continental e Região Autónoma da Madeira representando a respectiva distribuição das médias das CIF e das CE.

## 4.2. REAPRECIÇÃO

O número de provas reapreciadas dos exames nacionais do ensino básico em 2004/2005 foi de:

### a) Língua Portuguesa

**Quadro 8** – Número de provas reapreciadas na disciplina de Língua Portuguesa, por Direcção Regional de Educação, de acordo com manutenção, descida ou subida da classificação.

DRE	Nº de provas reapreciadas	Manutenção da classificação		Descida da classificação		Subida da classificação	
		Nº provas	%	Nº provas	%	Nº provas	%
Norte	38	8	21	4	11	26	68
Centro	26	6	23	3	12	17	65
Lisboa	52	12	23	9	17	31	60
Alentejo	3	0	0	1	33	2	67
Algarve	5	2	40	0	0	3	60
<b>TOTAL</b>	<b>124</b>	<b>28</b>	<b>23</b>	<b>17</b>	<b>14</b>	<b>79</b>	<b>63</b>

Das 124 provas reapreciadas, 17 (14%) desceram a sua classificação, 28 (23%) mantiveram a mesma nota e 79 (63%) sofreram uma subida de classificação.

### b) Matemática

**Quadro 9** – Número de provas reapreciadas na disciplina de Matemática, por Direcção Regional de Educação, de acordo com manutenção, descida ou subida da classificação.

DRE	Nº de provas reapreciadas	Manutenção da classificação		Descida da classificação		Subida da classificação	
		Nº provas	%	Nº provas	%	Nº provas	%
Norte	12	4	33	0	0	8	67
Centro	5	2	40	1	20	2	40
Lisboa	29	4	14	3	10	22	76
Alentejo	1	0	0	0	0	1	100
Algarve	2	0	0	0	0	2	100
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>35</b>	<b>72</b>

Das 49 provas reapreciadas de Matemática, 4 (8%) sofreram descida de classificação, 10 (20%) viram a sua classificação manter-se e 35 (72%) sofreram uma subida de classificação.

#### 4.4. RECLAMAÇÕES

O número de reclamações remetido ao Júri Nacional de Exames (JNE), no ano lectivo de 2004/2005, foi de 13 em Língua Portuguesa e 2 em Matemática.

**Quadro 10** – Número de reclamações, tipo de decisão do JNE e média de incremento de classificação por disciplina.

Prova Código/Disciplina	Nº de reclamações	Nº de providos	% de providos	Média de incremento, em pontos
22 – Língua Port.	13	5	38%	2,4
23 - Matemática	2	1	50%	2

A disciplina com maior número de reclamações foi Língua Portuguesa – código 22 - com 13.

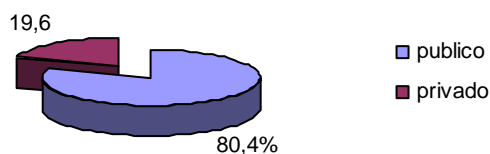
## II – 2 ENSINO SECUNDÁRIO

### 1. CARACTERIZAÇÃO

Os dados aqui analisados são relativos às vinte e uma disciplinas que abrangem o maior número de alunos inscritos. Estes dados foram recolhidos através do sistema informático ENES - Exames Nacionais do Ensino Secundário, que integra toda a informação relativa a estes exames.

Os exames nacionais do ensino secundário de 2005 realizaram-se em 621 estabelecimentos de ensino, dos quais 499 são públicos, pertencentes a 33 Agrupamentos de escolas, distribuídos por 7 Coordenações Regionais do Júri Nacional de Exames.

Gráfico 1: Natureza dos estabelecimentos de ensino



Nas duas fases dos exames nacionais foram realizadas 439.571 provas, sendo 318.261 da 1ª fase. Estiveram envolvidos 127.864 alunos na 1ª fase dos exames nacionais, sendo 41% do sexo masculino e 59% do sexo feminino.

No quadro seguinte são apresentados os dados relativos às inscrições e às provas realizadas na 1ª fase, para as vinte e uma disciplinas referidas.

Quadro 1: Número de Inscrições e Provas Realizadas na 1ª Fase, por Disciplina

Prova /Código	2005			2004		2003	
	Inscrições	Provas realizadas	% Provas realizadas	Inscrições	Provas realizadas	Inscrições	Provas realizadas
102 <b>Biologia</b>	43881	35095	79,9	41481	25760	42846	35526
114 <b>Filosofia</b>	7648	5045	65,9	8322	5533	9772	7345
115 <b>Física</b>	16394	12237	74,6	16853	126355	17856	13848
120 <b>Geologia</b>	8007	5585	69,8	7461	5269	6986	6020
123 <b>História</b>	17079	12961	73,8	17509	12131	19870	16483
124 <b>Hist. Arte</b>	5908	4390	74,3	5717	4228	5587	4901
128 <b>IDES</b>	15624	13932	89,4	15283	13467	15544	14099
129 <b>Int. Direito</b>	6855	5514	80,4	6460	5210	6035	5338
136 <b>MTEP</b>	2916	2636	90,3	2724	2420	2863	2693
138 <b>Português A</b>	13020	11181	85,8	14335	12290	16416	14375
139 <b>Português B</b>	67935	60247	88,6	64705	56819	62834	56394
140 <b>Psicologia</b>	43836	34255	78,1	43189	31513	45472	38020
142 <b>Química</b>	35909	25259	70,3	33933	23838	34999	28641
144 <b>Sociologia</b>	13800	10623	76,9	13637	10733	14021	12358
146 <b>T. do Design</b>	3803	3507	92,2	3694	2991	3697	3412

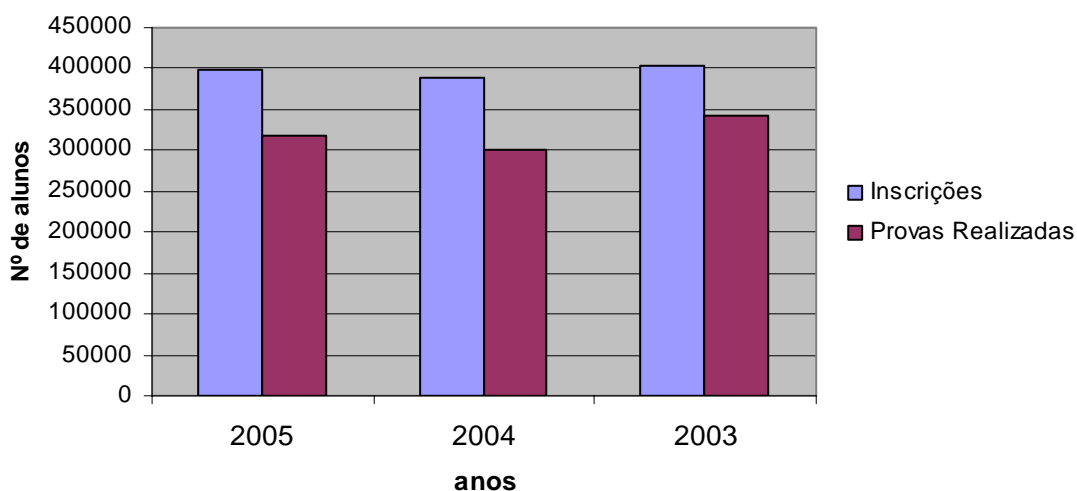
201	Alemão	3943	3485	88,3	4344	3754	5170	4660
408	DGD A	8165	6118	74,9	7611	5718	7359	6243
409	DGD B	9107	7507	82,4	8088	7162	7511	6995
417	Francês	7815	6956	89	8261	7360	8409	7689
435	Matemática	64449	49059	76	62169	49819	64289	54062
650	Inglês	3445	2669	77,4	3914	3048	4815	4020
	<b>Total</b>	<b>399539</b>	<b>318261</b>	<b>79,3</b>	<b>389690</b>	<b>301698</b>	<b>402351</b>	<b>343122</b>

Da sua leitura pode verificar-se que, tal como no ano transacto, a disciplina em que se registou um maior número de inscrições para exame foi Português B (139), com 67935 alunos inscritos, logo seguida pela disciplina de Matemática (435), com 64449 alunos inscritos.

A relação entre o número de inscrições e o número de provas realizadas é claramente inferior à de 2003. Em 2005, realizaram-se mais 16563 exames do que em 2004, variando entre 65,9 e 92,4%, o número de alunos que prestou provas na 1ª Fase.

No gráfico seguinte pode-se verificar que ao longo dos últimos três anos o número de inscrições e de realização de exames, na 1ª fase dos exames nacionais do ensino secundário tem variado, contudo os valores deste ano embora superiores aos de 2004 são inferiores aos de 2003.

Gráfico 2: N.º de Inscrições na 1ª fase dos Exames Nacionais do Ensino Secundário nos últimos três anos



Este ano as condições de acesso dos alunos (inscrição e realização) de provas às pauta

1 e pauta 2, são diferentes das condições de 2004, as alterações são decorrentes das condições de acesso à 1ª ou 2ª candidatura ao Ensino Superior.

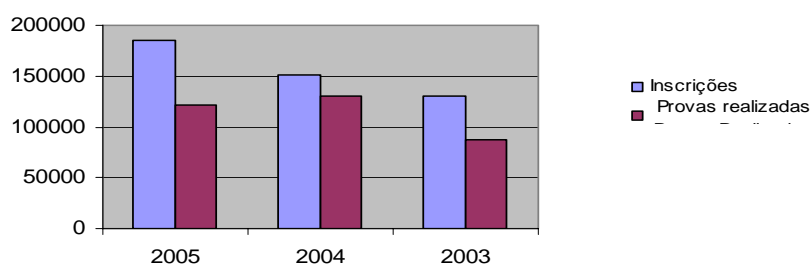
No Quadro seguinte são apresentados os dados relativos às inscrições e às provas realizadas na 2ª fase, para as mesmas vinte e uma disciplinas. Como se pode verificar, a disciplina em que se registou um maior número de inscrições para exame foi Matemática (435), com 16109 inscrições na (pauta 1) e 30306 na (pauta 2), seguida de muito longe pela disciplina de Biologia (102), 9025 alunos inscritos na (pauta1) e 15404 (pauta 2).

Quadro 2: Número de Inscrições e Provas Realizadas na 2ª Fase, por Disciplina (nos anos de 2003, 2004 e 2005)

Prova /Código		2005				2004				2003	
		Inscrições		Provas realizadas		Inscrições		Provas realizadas		Inscrições	Provas realizadas
		1ª Pauta	2ª Pauta	1ª Pauta	2ª Pauta	1ª Pauta	2ª Pauta	1ª Pauta	2ª Pauta		
102	Biologia	9025	15404	3352	13218	15635	6977	13760	6391	18950	12629
114	Filosofia	2691	1028	846	847	1754	859	1366	700	2629	1471
115	Física	3650	5619	854	4423	5270	1910	4152	1656	9270	6586
120	Geologia	2454	2008	1253	1487	2729	299	2116	233	2211	1311
123	História	4401	2803	1884	2330	5778	1406	4974	1241	5241	3150
124	Hist. Arte	1545	845	937	650	1650	379	1352	321	1501	935
128	IDES	1708	3198	798	2601	2671	1214	2145	1025	2951	1990
129	Int. Direito	1269	893	788	740	1479	241	1200	204	1043	687
136	MTEP	216	335	128	290	411	207	354	188	624	448
138	Português A	1825	2687	629	2282	2394	1564	2023	1430	4758	3248
139	Português B	9100	10212	3334	8301	12350	4687	10213	4189	14897	10235
140	Psicologia	10142	7241	4193	5847	11394	3438	9432	2917	11163	6524
142	Química	10646	9464	4787	7949	10934	4709	9614	4405	12601	8015
144	Sociologia	3361	1519	2012	1259	2891	651	2568	570	2799	1741
146	T. do Design	258	268	166	226	669	97	600	85	272	185
201	Alemão	370	796	220	649	1584	221	1355	202	1140	838
408	DGDA	2102	2533	884	2207	2025	1647	1650	1442	2889	2019
409	DGDB	1471	1532	1009	1205	1553	429	1180	379	987	648
417	Francês	805	1838	393	1560	2184	324	1872	286	2071	1541
435	Matemática	16109	30306	7308	26489	22913	9828	19663	8905	30288	22154
650	Inglês	890	704	380	595	878	396	738	358	1540	1085

TOTAL	84038	101233	36155	85155	109146	41483	92327	37127	129825	87440
-------	-------	--------	-------	-------	--------	-------	-------	-------	--------	-------

Gráfico 3: N.º de Inscrições na 2ª fase dos Exames Nacionais do Ensino Secundário nos últimos três anos



Da análise deste gráfico pode verificar-se que de 2003 a 2005 o número de inscrições na 2ª fase dos exames nacionais tem vindo a aumentar em 2004 verifica-se um aumento significativo de inscrições, devido principalmente à nova organização dos exames nacionais do ensino secundário.

## 2. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

### Exames Nacionais e Exames a Nível de Escola

Pontos 38, 39, 40, 41 e 42 do Despacho Normativo nº 15/2005

(Regulamento dos Exames do Ensino Secundário)

Ano Lectivo 2004/2005

Quadro 3 - Alunos que realizaram exames nacionais e/ou a nível de escolas

	ALUNOS QUE REALIZARAM EXAMES NACIONAIS E/OU A NÍVEL DE ESCOLA						Exames a Nível de Escola
	Nacionais	Nível de Escola	Nacionais e Nível de Escola	Autorizados	Não autorizados	Exames em computador	
Cegos	12	5	7	24	-	6	29
Baixa Visão	38	8	11	62	1	5	44
Surdos	23	34	24	81	2	-	172
Deficientes Auditivos	23	-	-	19	4	-	-

Deficientes Motores	64	25	14	103	0	-	99
Dislexia	322	2	-	324	7	-	7
Outros Problemas	221	25	7	253	8	5	91

- Total de processos analisados: 888 (Quadro 3)
- Total de exames a nível de escola equivalentes a exames nacionais: 442 (Quadro 5)
- Total de alunos com impedimento físico temporário que realizaram exames nacionais do 12.º ano na 1.ª e/ou na 2.ª Fases: 52 (este dado não está contemplado no quadro)
- Total de alunos com impedimento físico temporário que realizaram exames nacionais do 9.º ano: cerca de 30 (este dado não está contemplado no quadro)

O quadro relativo aos exames realizados por alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente só contempla dados referentes à 1.ª Fase dos Exames Nacionais. De facto, a autorização de condições especiais concedidas para os exames da 1.ª Fase foi automaticamente extensiva aos exames nacionais da 2.ª Fase, com o objectivo de garantir a sua exequibilidade em tempo útil, razão pela qual o quadro não inclui dados relativos aos exames da 2.ª Fase destes alunos.

O número total de 442 exames a nível de escola equivalentes a exames nacionais exige efectivamente à concepção e elaboração de 884 provas com os respectivos critérios de classificação, da responsabilidade dos estabelecimentos de ensino frequentados pelos alunos a quem esta medida foi autorizada pelo Júri Nacional de Exames, uma vez que a inscrição de exame numa disciplina implica a elaboração de duas provas, que o aluno pode vir a realizar na 1.ª e/ou na 2.ª Fases. Sublinhamos a importância desta medida para o sucesso educativo dos alunos com necessidades educativas especiais cujos programas das disciplinas sofreram adaptações ao nível dos conteúdos e das metodologias, sendo de louvar o trabalho e o empenho demonstrados pelos professores, departamentos

curriculares e conselhos pedagógicos que não se pouparam a esforços para garantirem a melhor resposta aos alunos que dela necessitam.

Para alunos com deficiência visual, num trabalho de colaboração entre o GAVE, JNE, DGIDC e EME, consignado num Protocolo de Articulação, foram produzidas as seguintes provas de exame nacional do ensino secundário:

- 80 provas transcritas em braille, correspondentes a 13 códigos diferentes e a 26 matrizes de provas de exame transcritas e revistas, para a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Fase, distribuídas por 17 estabelecimentos de ensino;
- 252 provas ampliadas em suporte informático, correspondentes a 37 versões diferenciadas de provas nacionais e 74 matrizes de 21 códigos de provas nacionais, para a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Fase. As versões diferenciadas resultam de ampliações em formato de letra específico correspondentes às necessidades educativas dos alunos, nomeadamente, em Arial 16, 18, 20, 22, 28, com e sem negrito, distribuídas por 34 estabelecimentos de ensino (Quadro 4).

No âmbito do mesmo protocolo foram também adaptadas e produzidas provas nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática do 9.º ano de escolaridade nas versões braille e ampliadas em Arial 16, 24 e 32, as quais foram requisitadas directamente à Editorial do Ministério da Educação, pelas escolas que delas necessitaram, razão pela qual não é possível quantificar as provas enviadas.

Quadro 4: Exames Nacionais do Ensino Secundário ampliados para alunos com baixa visão

Disciplina (código)	TIPO DE AMPLIAÇÃO							
	Arial 16	Arial 16 Negrito	Arial 18	Arial 20 Negrito	Arial 22	Arial 22 Negrito	Arial 28	Arial 28 Negrito
<b>Alemão (201)</b>	1	-	-	-	-	-	1	-
<b>Biologia (102)</b>	9	-	-	-	-	1	-	1
<b>C. do Ambiente (103)</b>	-	-	-	-	1	-	-	-
<b>DGD A (408)</b>	1	-	-	-	-	-	-	-
<b>Desenho Técnico (210)</b>	1	-	-	-	-	-	-	-
<b>EOTD (113)</b>	3	-	-	-	-	-	-	-
<b>Filosofia (114)</b>	2	-	-	2	-	-	-	-
<b>Física (115)</b>	6	-	-	-	-	2	-	-
<b>Francês (417)</b>	3	-	-	-	-	-	-	-
<b>Geologia (210)</b>	1	-	-	-	-	-	-	-
<b>História (123)</b>	6	-	-	-	-	-	1	-

<b>Inglês (650)</b>	1	-	-	-	-	-	-	-
<b>IDES (128)</b>	4	-	-	-	-	-	-	-
<b>Int. ao Direito (129)</b>	1	-	-	-	-	-	-	-
<b>Matemática (435)</b>	13	-	-	-	-	6	-	2
<b>Português A (138)</b>	-	-	6	-	-	-	1	-
<b>Português B (139)</b>	-	21	-	-	-	4	-	1
<b>Psicologia (140)</b>	-	-	10	-	-	-	1	1
<b>Psicossociologia (141)</b>	2	-	-	-	-	-	-	-
<b>Química (142)</b>	6	-	-	-	-	1	-	1
<b>Sociologia (144)</b>	1	-	-	-	-	-	1	-
<b>TOTAL</b>	126							

Para alunos com deficiência motora com graves problemas de comunicação associados, isto é, alunos com graves compromissos motores e que utilizam apenas o computador como único meio de escrita, accionado, nalguns casos, pelo pé ou pelo estilete de um capacete, quando os movimentos dos membros superiores são tão limitados que os torna, praticamente inoperacionais, foi concebida pelo GAVE uma prova de Matemática (código 435) constituída exclusivamente por questões de escolha múltipla e realizada por dois alunos. Esta adaptação formal da prova de exame nacional de Matemática, justificou-se pelo facto da simbologia matemática usada exigir que, pelo menos, duas teclas fossem accionadas simultaneamente, tarefa impossível de realizar por estes alunos.

Refere-se, ainda, a realização de exames a nível de escola equivalentes a exames nacionais no domicílio por um aluno deficiente motor que se encontrava imobilizado, devidamente autorizada pelo Júri Nacional de Exames.

Dos 83 alunos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo, 33 realizaram a prova de exame nacional de Português B código 239, prova específica para estes alunos, com equivalência à prova nacional da mesma disciplina com o código 139, realizada no tempo regulamentar para os exames nacionais, isto é, sem qualquer tolerância para além do tempo regulamentar, considerando tratar-se já de uma prova adaptada.

Para salvaguardar a equidade de circunstâncias entre os candidatos, todas as provas de exame realizadas a nível de escola, foram corrigidas nos respectivos Agrupamentos, à excepção dos exames realizados por alunos com deficiência auditiva que frequentam unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos, ao abrigo do Despacho nº 7520/98, de 6 de Maio, cuja correcção e classificação são da responsabilidade da escola,

quando pretendam exclusivamente concluir o ensino secundário.

Esta ano, existindo a probabilidade de ocorrer a hospitalização de dois alunos no período da realização dos exames nacionais do 12.º ano, em articulação do JNE com a EME, Forças de Segurança e escolas frequentadas pelos alunos, foi programado o envio de provas para o Hospital Egas Moniz e Instituto de Oncologia do Porto.

Quadro 5 Exames a nível de escola realizados por alunos com necessidades educativas especiais ao abrigo dos pontos 39, 40, 41e 42 do regulamento dos exames do ensino secundário

Disciplina (código)	Cegos	Baixa Visão	Surdos	Deficiênci a Auditiva	Motores	Situaçõe s Clínicas	Dislexia
<b>Alemão (264)</b>	3	2	--	--	2	1	--
<b>Biologia (265)</b>	--	3	2	--	2	3	--
<b>Com. e Difusão (290)</b>	--	--	--	--	--	2	--
<b>DGD A (266)</b>	--	--	14	--	2	1	--
<b>DGD B (291)</b>	--	--	1	--	1	2	--
<b>Espanhol (262)</b>	--	--	1	--	--	1	--
<b>EOTD (294)</b>	--	2	21	--	4	3	--
<b>Filosofia (267)</b>	1	1	1	--	--	--	--
<b>Física (268)</b>	--	3	29	--	4	5	--
<b>Francês (269)</b>	--	1	1	--	--	--	--
<b>Francês (270)</b>	1	1	1	--	3	1	--
<b>Francês (271)</b>	3	1	1	--	9	6	1
<b>Geologia (272)</b>	--	1	--	--	1	2	--
<b>História da Arte (275)</b>	--	--	10	--	1	1	--
<b>História (274)</b>	6	5	2	--	6	6	--
<b>Inglês (277)</b>	1	1	--	--	--	1	--
<b>Inglês (278)</b>	--	--	--	--	1	1	--
<b>IDES (280)</b>	3	3	5	--	12	8	1
<b>Int. ao Direito (281)</b>	1	2	--	--	1	2	--
<b>Latim (282)</b>	--	--	--	--	5	--	--
<b>Matemática (283)</b>	1	5	31	--	7	9	--
<b>MTEP (295)</b>	--	--	1	--	--	1	--
<b>Português B (285)</b>	2	3	28	--	15	16	2
<b>Português A (284)</b>	2	--	--	--	3	--	--
<b>Psicologia (286)</b>	2	6	3	--	4	7	1
<b>Psicossociologia (296)</b>	1	--	3	--	11	4	1
<b>Psicossociologia (297)</b>	--	1	--	--	2	2	--
<b>Química (287)</b>	--	1	3	--	1	2	--
<b>Sistemas Digitais (298)</b>	--	--	4	--	--	--	--
<b>Sociologia (288)</b>	2	2	--	--	1	2	--
<b>T. Arte e Design (299)</b>	--	--	2	--	--	--	--
<b>Teoria do Design (380)</b>	--	--	7	--	--	1	--
<b>Teoria do Design (381)</b>	--	--	1	--	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>44</b>	<b>172</b>	<b>0</b>	<b>99</b>	<b>91</b>	<b>7</b>

### 3. RESULTADOS

#### 3.1. CORRECÇÃO/CLASSIFICAÇÃO

Na análise dos resultados dos alunos internos do 12º Ano do Ensino Secundário, importa ter em conta a Classificação de Exame (CE), a Classificação Interna Final (CIF) e a Classificação Final de Disciplina (CFD).

A Classificação Interna Final (CIF) traduz a avaliação realizada a nível de escola. Nas disciplinas bienais e trienais corresponde à média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações internas anuais e, nas disciplinas anuais, à classificação interna anual.

A Classificação Final de Disciplina (CFD), no ensino secundário, pode corresponder:

à Classificação Interna Final (Educação Física);

à média ponderada, arredondada às unidades, da Classificação Interna Final;

à média ponderada, arredondada às unidades, entre a Classificação Interna Final (com o peso de 70%) e a Classificação de Exame (com o peso de 30%), para as disciplinas sujeitas a exame nacional.

Por outro lado, os resultados dos alunos que realizam provas na situação de externos e de autopropostos obtêm-se apenas a partir da sua CE na respectiva disciplina e podem servir para aprovação ou somente para ingresso no ensino superior.

No Quadro seguinte estão discriminadas as médias das Classificações de Exame da 1ª Fase, por Disciplina.

Quadro 6: Média das Classificações de Exame da 1ª Fase, por Disciplina

Prova/Código		Média das Classificações		
		2005	2004	2003
102	Biologia	84	93	91
114	Filosofia	107	112	122
115	Física	83	89	65
120	Geologia	75	91	100
123	História	93	91	109
124	Hist. Arte	97	104	106
128	IDES	100	109	116
129	Int. Direito	110	106	113
136	MTEP	110	113	114
138	Português A	99	105	106
139	Português B	99	101	107
140	Psicologia	101	106	111
142	Química	96	96	101
144	Sociologia	107	108	111
146	T. do Design	120	136	138
201	Alemão	75	72	101
408	DGDA	92	114	122
409	DGDB	106	116	125
417	Francês	91	95	101
435	Matemática	70	75	77
650	Inglês	84	98	101

Da análise do quadro anterior podemos salientar que no conjunto as 21 disciplinas têm vindo a descer as médias das classificações de exame. Assim, em 2003, 18 disciplinas apresentaram médias de classificação de exame positivas, contra 12 em 2004 e 8 disciplinas em 2005.

Apenas as disciplinas de Filosofia (114), Int. ao Direito(129), IDES (128), MTEP(136), Psicologia (140), Sociologia (144) T. do Design(146) e DGDB (409) apresentaram médias de classificação de exame positivas

No presente ano lectivo é a prova de Matemática (435), com 7,0 valores, que tem a média das classificações de exame mais baixa, enquanto que a prova de Alemão (201) continua a ser a segunda, com 7,5 valores. Por outro lado, as provas de Teoria do Design (146), Int. ao Direito (129) e MTEP(136) são as que têm a média das classificações de exame mais

elevada, com 12,0 e 110 valores, respectivamente, resultado bastante consistente com os anos transactos.

No que concerne às duas provas/código de Português (138 e 139), as médias das classificações de exame em 2005, foram negativas ambas de 9,9, contra os valores positivos que estas disciplinas apresentaram em 2004 e 2003.

Quadro 7: Média das Classificações de Exame por Fase e por Disciplina

Provas/ Código		2005			2004			2003	
		2ª Fase		1ªFase	2ª Fase		1ªFase	2ªFase	1ªFase
		1ªPauta	2ªPauta		1ª Pauta	2ªPauta			
102	Biologia	100	69	84	83	82	93	74	91
114	Filosofia	113	101	107	97	106	112	100	122
115	Física	99	73	83	53	74	89	60	65
120	Geologia	87	63	75	80	97	91	71	100
123	História	106	79	93	84	88	91	84	109
124	Hist. Arte	108	77	97	92	105	104	87	106
128	IDES	110	92	100	88	108	109	91	116
129	Int. Direito	113	94	110	93	111	106	73	113
136	MTEP	119	107	110	103	119	113	113	114
138	Português A	107	92	99	95	108	105	94	106
139	Português B	111	87	99	89	102	101	92	107
140	Psicologia	115	81	101	97	108	106	96	111
142	Química	109	72	96	73	91	96	95	101
144	Sociologia	117	92	107	105	117	108	97	111
146	T. do Design	126	112	120	134	138	136	117	138
201	Alemão	95	52	75	67	103	72	75	101
408	DGD A	117	78	92	84	125	114	110	122
409	DGD B	117	75	106	82	113	116	81	125
417	Francês	99	77	91	96	121	95	72	101
435	Matemática	81	58	70	60	88	75	61	77
650	Inglês	100	74	84	80	109	98	86	101

Relativamente à análise do quadro anterior, no qual se discriminam as médias das classificações de exame das 1ª e 2ª fases por disciplina, é de assinalar a tendência de descida das médias das classificações de exame da 1ª para a 2ª fase (1ª Pauta). Na 2ª fase (pauta 2) verifica-se que a descida é ainda mais acentuada. Esta situação é constante desde 2003.

Apenas duas disciplinas Int. ao Direito(129) e DGDB(409), apresentam médias de classificação em exame mais elevadas na 2ª fase (pauta 1) do que na 1ª fase.

É de referir também que, na 2ª fase (1ª Pauta) de 2005, o número de disciplinas com médias das classificações de exame superiores a 95 pontos foi superior ao da 2ª fase de 2004(2ª Pauta).

Este ano as disciplinas que obtiveram médias de classificação mais baixas, foram Matemática(435) - 7,0 valores, Alemão (201) – 7,5. A prova de Teoria de Design, foi a que obteve média de classificação mais elevada – 12,0 valores, tal como aconteceu em 2004 em que obteve 13,6 valores.

Da análise do quadro 6 salienta-se que, à semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, na generalidade das disciplinas as médias das classificações de exame dos alunos internos são significativamente mais elevadas do que as dos alunos externos.

É importante referir que na 2ª Fase, para os alunos externos e autopropostos, apenas as disciplinas de MTEP (136), Filosofia (114) e Teoria do Design (146) apresentam uma média das classificações de exame superior a 95 pontos, em ambas as pautas.

Quadro 8: Média das Classificações de Exame em 2005, por Disciplina, por Fase e Tipo de Inscrição

Código / Provas		Médias das Classificações											
		Alunos Internos						Alunos Externos e Autopropostos					
		2005			2004			2005			2004		
		1ª Fase	2ª Fase		1ª Fase	2ª Fase		1ª Fase	2ª Fase		1ª Fase	2ª Fase	
1ª Pauta	2ª Pauta		1ª Pauta	2ª Pauta		1ª Pauta	2ª Pauta		1ª Pauta	2ª Pauta			
102	Biologia	106	96	75	98	93	87	100	84	69	83	65	75
114	Filosofia	124	128	109	122	112	123	113	107	101	94	89	95
115	Física	116	100	85	107	62	81	99	76	73	58	49	58
120	Geologia	93	83	66	98	86	99	87	74	63	77	77	93
123	História	110	110	82	96	91	94	106	95	79	78	72	82
124	Hist Arte	111	112	79	107	100	110	108	105	77	94	75	98
128	IDES	113	105	100	112	89	110	110	99	92	97	87	103
129	Int. Direito	116	131	95	110	98	114	113	123	94	76	84	103
136	MTEP	122	115	114	117	109	122	119	108	107	105	101	112
138	Português A	113	104	97	110	97	116	107	95	92	90	95	98
139	Português B	115	114	90	105	90	109	111	100	87	84	87	96
140	Psicologia	119	114	86	111	107	113	115	103	81	92	83	103
142	Química	115	118	80	101	83	92	109	107	72	83	60	87
144	Sociologia	121	120	95	112	114	126	117	113	92	94	93	106
146	T. do Design	127	124	113	137	138	139	126	123	112	125	116	126
201	Alemão	96	73	54	74	100	100	95	78	52	62	65	123
408	DGDA	126	90	83	121	129	129	117	80	78	103	83	119
409	DGDB	120	133	77	119	110	110	119	126	75	89	76	136
417	Francês	103	106	80	99	124	124	99	98	77	75	94	114
435	Matemática	81	94	65	88	97	97	69	71	58	49	52	69
650	Inglês	108	94	78	108	1148	118	100	79	74	80	79	99

No que diz respeito à análise do quadro 9, confirma-se a tendência, já verificada nos anos transactos, das Classificações Internas Finais e das Classificações de Exame serem, em regra, mais elevadas para os alunos dos cursos gerais do que para os alunos dos cursos tecnológicos. Esta diferença, no entanto, parece tornar-se mais esbatida, em 2005, se a compararmos com os dados referentes aos anos anteriores.

Quadro 9: Média das CIF e CE dos alunos Internos segundo o Tipo de Curso

Prova/Código		CIF		CE	
		Cursos Gerais	C. Tecnológicos.	Cursos Gerais	C. Tecnológicos.
102	Biologia	13,7	11,8	94	65
114	Filosofia	13,7	-	119	87
115	Física	12,9	11,8	104	75
120	Geologia	12,7	-	81	58
123	História	13	11,6	105	75
124	Hist da Arte	13,6	12,4	108	94
128	IDES	13,6	12,1	116	91
129	Int. Direito	13,5	-	113	112
136	METP	14,8	-	117	-
138	Português A	12,5	-	106	89
139	Português B	12,9	11,4	114	94
140	Psicologia	13,9	12,1	112	84
142	Química	13,5	-	103	87
144	Sociologia	13,5	-	116	105
146	T. Design	14,4	-	125	-
201	Alemão	13,2	11,8	95	64
408	DGDA	14,3	12,6	118	82
409	DGDB	15	-	113	-
417	Francês	12,7	11,5	105	78
435	Matemática	12,4	11,5	69	56
650	Inglês	13,7	11,6	102	64

Considerando os dados discriminados no quadro 10, volta-se a constatar que, à semelhança do verificado em anos anteriores, e como seria de esperar, a média das CIF é claramente superior à média das CE.

Em comparação com o ano de 2004, a diferença entre a média das CIF e das CE tem, em regra, um pequeno aumento na maioria das disciplinas. A disciplina de Geologia (120) é este ano aquela em que a diferença entre CIF e CE é maior, em média (5,2 valores), logo seguida das disciplinas de Alemão (201) e de Matemática (435) com diferenças de 5,0 e 4,9 valores, respectivamente.

Quadro 10: Média das CIF, CE, Diferença CIF-CE e CFD (Classificação Final de Disciplina) dos Alunos Internos, nos últimos dois anos, por disciplina (1ª Fase)

PROVA /CÓDIGO		CIF		CE		Diferença (CIF-CE)		CFD	
		2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
102	Biologia	12,6	14,1	8,4	,3	4,2	3,7	11,3	12,5
114	Filosofia	13,7	13,8	10,7	11,2	3,7	1,5	12,8	13,4
115	Física	12,4	12,9	8,3	8,9	4,1	2,2	11,2	12,3
120	Geologia	12,7	12,9	7,5	9,1	5,2	3,1	11,1	12
123	História	13,3	13	9,3	9,1	4	3,4	12,1	12,1
124	História da Arte	13	13,4	9,7	10,4	3,3	2,7	12,0	12,7
128	IDES	12,9	13,3	10,0	10,9	2,9	2,1	12,0	12,7
129	Int. Direito	13,5	13,7	11,0	10,6	1,5	2,7	12,8	13
136	MTEP	14,8	15	11,0	11,3	3,8	3,3	13,7	14,1
138	Português A	12,5	12,6	9,9	10,5	3,6	1,6	11,7	12,2
139	Português B	12,2	12,7	9,9	10,1	2,3	2,2	11,5	12,2
140	Psicologia	13	13,9	10,1	10,6	2,9	2,9	12,1	13,1
142	Química	13,5	13,7	9,6	9,6	3,9	3,6	12,3	12,7
144	Sociologia	13,5	13,6	10,7	10,8	2,8	2,4	12,7	12,9
146	T. do Design	14,4	14,6	12,0	13,6	2,4	0,9	13,7	14,4
201	Alemão	12,5	13,1	7,5	7,2	5	5,8	11,0	11,5
408	DGDA	13,5	14,3	9,2	11,4	4,3	2,1	12,2	13,7
409	DGDB	15	15,4	10,6	11,6	3,4	3,5	13,7	14,4
417	Francês	12,1	12,5	9,1	9,5	3,1	2,6	11,2	11,8
435	Matemática	11,9	12,6	7,0	7,5	4,9	3,8	10,4	11,6
650	Inglês	12,7	13,9	8,4	9,8	4,3	3,1	11,4	13

As disciplinas de Int. ao Direito (129) e Português B(139) são aquelas cuja aproximação CIF-CE é maior (1,5 e 2,3 valores, respectivamente).

No que diz respeito ao quadro seguinte, pode-se salientar que na grande maioria das disciplinas os candidatos do sexo feminino têm, em média, melhor classificação de exame do que os examinandos do sexo masculino. As grandes exceções são as disciplinas de Geologia (120), História (123), IDES (128), Física (115) e Matemática (435), nas quais os alunos têm melhores classificações do que as alunas.

Do mesmo modo, na maioria das disciplinas o número de examinandos do sexo feminino é claramente superior ao número de candidatos do sexo masculino. Como exceções podemos mencionar as disciplinas de Física (115), Geologia (120) e DGD B (409), nas quais há uma preponderância de alunos do sexo masculino, em particular na disciplina de Física (115), na qual apenas 19% dos candidatos a exame são do sexo feminino. É interessante

referir que na disciplina de Matemática (435) o número de alunos internos do sexo feminino é maior do que o número de candidatos masculinos. No entanto, relativamente aos alunos externos desta disciplina os candidatos do sexo masculino encontram-se em maior número.

Quadro 11: Média das CE e n.º de Provas de Alunos Internos e Externos por disciplina, por fase e por sexo

Código / Prova	1.ª FASE								2.ª FASE								
	Internos				Não Internos				Internos				Não Internos				
	Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		
	Provas	Média	Provas	Média	Provas	Média	Provas	Média	Provas	Média	Provas	Média	Provas	Média	Provas	Média	
102	Biologia	16716	107,6	8315	104,1	6355	89,5	3774	79,3	6253	79,6	2553	75,0	4754	67,4	3014	61,7
114	Filosofia	2369	124,9	803	124,0	1280	97,3	628	89,8	419	118,1	123	114,7	747	99,1	408	97,0
115	Física	1263	116,0	6693	116,2	562	71,0	3783	68,3	315	92,5	1654	86,1	412	63,9	2898	66,1
120	Geologia	1556	88,2	2395	95,6	699	69,3	936	76,0	505	71,2	734	78,5	696	61,2	845	64,5
123	História	7291	109,9	2860	112,3	1872	86,9	991	93,4	1653	94,9	463	95,5	1376	73,7	725	85,0
124	História da Arte	2106	114,7	1394	105,8	494	102,9	417	90,5	666	107,1	356	90,6	321	83,2	245	77,0
128	IDES	7421	109,0	4206	119,3	1493	89,9	872	107,1	1333	97,9	522	110,1	1076	80,1	469	96,5
129	Intr. ao Direito	2904	118,4	2065	112,8	345	92,0	290	82,6	545	122,2	404	110,8	285	95,8	293	95,5
136	MTEP	1212	122,5	639	120,9	466	114,1	339	111,4	110	114,8	57	112,9	141	103,2	110	103,4
138	Português A	6544	113,9	1895	109,5	1972	90,5	815	84,3	1070	99,8	323	90,1	1068	89,3	454	87,5
139	Português B	27492	120,3	21205	109,6	6430	99,5	5391	88,7	2526	100,2	2386	87,6	3545	91,4	3181	84,1
140	Psicologia	19159	122,9	7968	109,8	5148	102,1	2083	88,6	3354	102,3	1461	91,3	3524	85,3	1743	75,6
142	Química	11785	116,2	6547	114,4	4653	97,0	2388	85,0	5636	101,4	2660	94,4	3459	71,0	2067	62,1
144	Sociologia	5873	123,3	2880	116,0	1234	103,0	728	100,6	1293	116,2	673	107,3	782	94,1	528	89,8
146	T. do Design	1999	128,1	1294	125,7	128	115,9	104	109,3	179	123,3	91	110,1	63	114,0	60	111,6
201	Alemão	2298	98,0	743	90,4	278	86,7	166	87,2	368	59,8	176	54,1	217	59,8	112	63,6
408	DGD A	2227	126,5	1695	126,0	1239	100,4	994	101,7	844	88,2	523	78,7	981	75,1	746	73,0
409	DGD B	2091	129,4	4746	116,9	155	102,3	544	84,0	667	124,7	925	94,3	144	88,7	478	72,0
417	Francês	4422	103,7	1306	102,6	914	78,5	343	74,6	743	85,2	245	80,5	714	80,3	253	77,5
435	Matemática	17836	79,6	16018	82,6	6252	38,3	9192	44,0	10727	69,7	9301	72,4	5837	38,8	7944	50,4
650	Inglês	1109	109,5	577	107,1	554	86,7	442	86,6	206	80,1	113	79,9	348	74,4	308	75,9

### 3.2. REAPRECIACÃO

O número de provas reapreciadas na 1ª Fase dos exames nacionais do ensino secundário 2005, para a 21 disciplinas em apreço foi de 7962. Verificou-se um ligeiro aumento dos pedidos de reapreciação relativamente ao ano transacto, dado que em 2004 foram reapreciadas na 1ª Fase 7226 provas. Verifica-se, também, que o número total de provas reapreciadas corresponde a 2,5% do total das provas realizadas.

Quadro 12: Provas Reapreciadas na 1ª Fase por Disciplina

Prova/Código		Inscrições	Provas Realizadas	Provas Reapreciadas	% de Provas Reapreciadas
102	Biologia	43881	35095	934	2,6%
114	Filosofia	7648	5045	223	4,4%
115	Física	16394	12237	252	2,2%
120	Geologia	8007	5585	59	1,0%
123	História	17079	12961	416	3,2%
124	Hist. da Arte	5908	4390	90	2,0%
128	IDES	15624	13932	211	1,5%
129	Int. ao Direito	6855	5514	111	2,0%
136	MTEP	2916	2636	73	2,7%
138	Português A	13020	11181	400	3,5%
139	Português B	67935	60247	1974	3,2%
140	Psicologia	43836	34255	867	2,5%
142	Química	35909	25259	885	3,5%
144	Sociologia	13800	10623	126	1,1%
146	T. do Design	3803	3507	59	1,6%
201	Alemão	3943	3485	49	1,4%
408	DGD A	8165	6118	184	3,0%
409	DGD B	9107	7507	119	1,5%
417	Francês	7815	6956	88	1,2%
435	Matemática	64469	49059	769	1,5%
650	Inglês	3445	2669	73	2,7%
TOTAL		399559	318261	7962	2,5%

Da análise do quadro anterior podemos referir que a disciplina com o maior número de reapreciações, tal como nos anos anteriores, é o Português B (139), com 1974 provas, enquanto que a disciplina com menor número de provas reapreciadas é a disciplina de Alemão (201), com 49 provas.

A disciplina com maior percentagem de provas reapreciadas foi a disciplina de Filosofia (114) atingindo o valor 4,4% do total de provas reapreciadas. Por outro lado a disciplina com menor percentagem de provas reapreciadas é a de Geologia (120) com apenas 1,0%.

Quadro 13: Provas Reapreciadas na 1ª Fase por disciplina e por Tipo de Variação da Classificação

	Exame	Provas Reapreciadas	Mantiveram	%	Desceram	%	Subiram	%
102	Biologia	934	355	38%	29	3%	550	59%
114	Filosofia	223	64	29%	15	7%	144	65%
115	Física	252	33	13%	30	12%	189	75%
120	Geologia	59	15	25%	12	20%	32	54%
123	História	416	118	28%	39	9%	259	62%
124	Hist. da Arte	90	27	30%	7	8%	56	62%
128	IDES	211	38	18%	34	16%	139	66%
129	Int. ao Direito	111	11	10%	10	9%	90	81%
136	MTEP	73	14	19%	3	4%	56	77%
138	Português A	400	111	28%	43	11%	246	62%
139	Português B	1974	386	20%	218	11%	1370	69%
140	Psicologia	867	136	16%	66	8%	665	77%
142	Química	885	296	33%	72	8%	517	58%
144	Sociologia	126	29	23%	11	9%	86	68%
146	T. do Design	59	12	20%	3	5%	44	75%
201	Alemão	49	8	16%	8	16%	33	67%
408	DGD A	184	29	16%	10	5%	145	79%
409	DGD B	119	11	9%	9	8%	99	83%
417	Francês	88	20	23%	9	10%	59	67%
435	Matemática	769	134	17%	91	12%	544	71%
650	Inglês	73	20	27%	8	11%	45	62%
	<b>TOTAL</b>	<b>7962</b>	<b>1867</b>	<b>23%</b>	<b>727</b>	<b>9%</b>	<b>5368</b>	<b>67%</b>

Das 7962 provas reapreciadas, 727 sofreram uma descida de classificação (9%), 1867 viram a sua classificação manter-se (23%) e 5368 sofreram uma subida na sua classificação (67%) (ver quadro 13).

Desenho e Geometria B (409) foi a disciplina em que se verificou maior percentagem de subidas, com 83%, enquanto que a disciplina de Geologia (120) foi aquela com maior percentagem de descida 20%. No entanto, o padrão de variação das classificações devido às reapreciações é muito idêntico para o conjunto das disciplinas referidas.

Quadro 14: Provas Reapreciadas na 2ª Fase por Disciplina

Prova/Código		Inscrições	Provas Realizadas	Provas Reapreciadas	% de Provas Reapreciadas
102	Biologia	24429	16570	181	1,1%
114	Filosofia	3719	1693	44	2,6%
115	Física	9269	5277	56	1,1%
120	Geologia	4462	2740	43	1,6%
123	História	7204	4214	115	2,7%
124	Hist. da Arte	2390	1587	39	2,5%
128	IDES	4906	3399	45	1,3%
129	Int. ao Direito	2162	1528	17	1,1%
136	MTEP	551	418	8	1,9%
138	Português A	4512	2911	47	1,6%
139	Português B	19312	11635	209	1,8%
140	Psicologia	17383	10040	142	1,4%
142	Química	20110	12736	313	2,5%
144	Sociologia	4880	3271	44	1,3%
146	T. do Design	526	392	5	1,3%
201	Alemão	1166	869	8	0,9%
408	DGD A	4636	3091	80	2,6%
409	DGD B	3003	2214	29	1,3%
417	Francês	2643	1953	49	2,5%
435	Matemática	46415	33797	436	1,3%
650	Inglês	1584	975	11	1,1%
TOTAL		185271	121310	1928	1,6%

O número de provas reapreciadas na 2ª Fase dos exames nacionais do ensino secundário 2005 foi de 1928. O número total de provas reapreciadas corresponde a 1,6% do total das provas realizadas nas 21 disciplinas referidas neste documento. Da análise do quadro 12 podemos referir que a disciplina com o maior número de reapreciações na 2ª fase é Matemática (435), com 436 provas, enquanto que a disciplina com maior percentagem de provas reapreciadas é a disciplina de História (123), não ultrapassando os 2,7% do total de provas realizadas. Por outro lado, a disciplina com menor percentagem de provas reapreciadas é a de Alemão (201) com apenas 0,9%. Observando o quadro 13 das 1928 provas reapreciadas, 246 sofreram uma descida de classificação (13%), 510 viram a sua classificação manter-se (26%) e 1172 sofreram uma subida na sua classificação (61%).

Quadro 15: Provas Reapreciadas na 2ª Fase por disciplina e por Tipo de Variação da Classificação

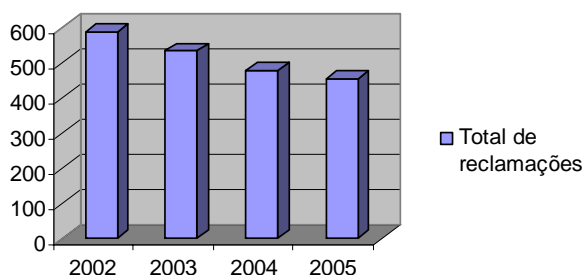
	Exame	Provas Reapreciadas	Mantiveram	%	Desceram	%	Subiram	%
102	Biologia	181	83	46%	12	7%	86	48%
114	Filosofia	44	13	30%	1	2%	30	68%
115	Física	56	10	18%	9	16%	37	66%
120	Geologia	43	9	21%	4	9%	30	70%
123	História	115	36	31%	16	14%	63	55%
124	Hist. da Arte	39	11	28%	2	5%	26	67%
128	IDES	45	4	9%	9	20%	32	71%
129	Int. ao Direito	17	3	18%	1	6%	13	76%
136	MTEP	8	3	38%	0	0%	5	63%
138	Português A	47	14	30%	11	23%	22	47%
139	Português B	209	57	27%	28	13%	124	59%
140	Psicologia	142	36	25%	27	19%	79	56%
142	Química	313	83	27%	28	9%	202	65%
144	Sociologia	44	9	20%	9	20%	26	59%
146	T. do Design	5	1	20%	0	0%	4	80%
201	Alemão	8	3	38%	0	0%	5	63%
408	DGD A	80	19	24%	6	8%	55	69%
409	DGD B	29	6	21%	1	3%	22	76%
417	Francês	49	5	10%	6	12%	38	78%
435	Matemática	436	94	22%	74	17%	268	61%
650	Inglês	11	11	48%	2	9%	10	43%
	<b>TOTAL</b>	<b>1928</b>	<b>510</b>	<b>26%</b>	<b>246</b>	<b>13%</b>	<b>1172</b>	<b>61%</b>

A disciplina de Teoria do Design (146) foi a disciplina em que se verificou maior percentagem de subida, com 80%, enquanto que as disciplinas de Português A(138), IDES(128) e Sociologia (144), foram as que apresentam maior percentagem de descidas, respectivamente 23% e 20%. É de salientar que a percentagem de provas reapreciadas é relativamente baixa e não é muito variável consoante a disciplina, o que reflecte, em termos gerais, a adequação das provas, dos critérios de classificação e do processo de correcção/classificação.

### 3.3. RECLAMAÇÕES

O número de reclamações remetidas ao Júri Nacional de Exames foi inferior ao verificado nos anos transactos. No presente ano lectivo foram apresentadas, no total das duas fases dos exames nacionais, 457 reclamações, contra 477 em 2004, 534 em 2003 e 588 em 2002.

Gráfico 4: Variação do n.º total de reclamações apresentadas ao JNE nos últimos quatro anos



Quadro 16: Número de Reclamações, Tipo de Decisão do JNE e Média do Incremento de Classificação, por Disciplina, na 1ª Fase

Prova Código/Disciplina	nº de reclamações	nº de providos	% de providos	Média do incremento
102 - Biologia	38	16	22%	4
114 - Filosofia	9	2	22%	17
115 - Física	10	5	50%	7
120 - Geologia	1	1	100%	1
123 - História	12	9	75%	8
124 - História da Arte	3	3	100%	4
128 - IDES	-	-	-	
129 - Int. Direito	1	1	100%	10
136 - MTEP	1	0	0%	0
138 - Português A	12	7	58%	15
139 - Português B	56	37	66%	8
140 - Psicologia	18	9	50%	4
142 - Química	49	14	28%	4
144 - Sociologia	2	2	100%	18
146 - T. do Design	1	1	100%	5
201 - Alemão	2	2	100%	6
408 - DGD A	12	7	58%	7
409 - DGD B	6	6	100%	13
417 - Francês	2	1	50%	3
435 - Matemática	24	9	37%	5
650 - Inglês	3	3	100%	27
<b>TOTAL</b>	<b>262</b>	<b>135</b>	<b>51%</b>	

A disciplina com maior número de reclamações na 1ª fase foi Português B (139), com 56 reclamações. No entanto, em média, estas sofreram apenas uma variação de 8 décimas de valor na sua classificação. Em contrapartida, a disciplina de Português A(138) das que apresentou um número de reclamações não significativo, foi a que sofreu, em média, uma variação mais elevada na sua classificação – 15 décimas.

Quadro 17: Número de Reclamações, Tipo de Decisão do JNE e Média do Incremento de Classificação, por Disciplina, na 2ª Fase

Prova Código/Disciplina	nº de reclamações	nº de providos	% de providos	média do incremento (pontos)
102 - Biologia	14	8	57%	4
114 - Filosofia	3	0	0%	0
115 - Física	1	0	0%	0
120 - Geologia	7	3	43%	7
123 - História	7	6	85%	9
124 - História da Arte	5	2	40%	3
128 - IDES	-	-	-	-
129 - Int. ao Direito	2	2	100%	8
136 - MTEP	1	0	0%	0
138 - Português A	4	4	100%	10
139 - Português B	16	12	75%	8
140 - Psicologia	9	2	22%	4
142 - Química	30	15	50%	4
144 - Sociologia	3	3	100%	10
146 - T. do Design	1	0	0	0
201 - Alemão	1	1	100%	8
408 - DGD A	10	5	50%	13
409 - DGD B	3	1	33%	2
417 - Francês	3	2	66%	5
435 - Matemática	40	18	45%	4
650 - Inglês	1	1	100%	28
<b>TOTAL</b>	<b>161</b>	<b>83</b>	<b>54%</b>	<b>-</b>

Na 2ª Fase a disciplina com maior número de reclamações foi Matemática (435), com 40 reclamações. No entanto, em média, estas sofreram apenas uma variação de cerca de 4 décimas de valor na sua classificação. Por outro lado, as disciplinas de Português B (139) e

de DGDA (408), das que apresentam um número de reclamações igual ou superior a 10, são as que sofreram, em média, uma variação mais elevada na sua classificação, respectivamente de 8 e 13 décimas .

Os valores elevado do número de reclamações em algumas disciplinas reflectem a pressão do Acesso ao Ensino Superior.

#### **4. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POR DISTRITO**

Tal como foi referido no relatório do ano transacto, parece-nos que uma análise estatisticamente correcta destes resultados finais deverá ponderar vários factores. Assim, deverão ser consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:

- \* Características socio-culturais, económicas e académicas das famílias;
- \* Condições dos alunos de cada escola à entrada do ensino secundário;
- \* Características das escolas em termos organizativos, humanos e materiais;
- \* Localização geográfica das escolas no panorama nacional;
- \* Estabilidade do corpo docente.

As tabelas apresentadas correspondem à distribuição da média da classificação interna final (CIF) e da média da classificação de exame (CE) por distrito, para as 21 disciplinas consideradas neste relatório.

Tendo como base estas tabelas, apresentam-se no Anexo I mapas de Portugal continental e regiões autónomas representando a distribuição das médias das CIF e das CE por distrito e região autónoma.

Quadro-18 : Médias das Classificações Internas Finais (CIF), por Distrito de Portugal Continental e Regiões Autónomas

		Aveiro	Beja	Braga	Bragança	C. Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém	Setúbal	V. Castelo	Vila Real	Viseu	Açores	Madeira
102	Biologia	13,5	13,1	13,8	13,3	13,2	13,5	13,2	13,6	13,5	13,5	13,8	13,4	14,1	13,4	13,5	13,6	13,5	13,9	13,5	13,7
114	Filosofia	13,8	13,8	13,2	13,5	13,3	13,4	13,7	13,8	13,6	13,7	14,1	14,1	13,9	13,7	14,4	14,1	13	13	14,3	13,2
115	Física	12,4	12,6	12,7	12,6	11,9	12,6	13,2	12,5	12,7	12,1	12,6	12,3	12,7	12,7	12,2	12,7	12,2	12,4	13	12,4
120	Geologia	12,9	12,4	12,1	-	12,4	12,7	12,4	12,3	12,4	12,5	12,6	13,3	13,3	12,64	12,4	14,1	12,4	12,5	12,6	12,7
123	História	12,7	12,6	12,9	12,4	12,2	12,8	13,1	12,5	12,4	12,7	13	11,9	13	12,9	13	13,6	12,8	12,6	12,8	13,1
124	Hist. da Arte	13,2	13,2	13,3	13,5	12,4	14,4	12,6	12,9	12,8	12,9	13,3	12,6	13,8	12,9	13,6	14,9	13,6	13,5	13,7	13,5
128	IDES	13	12,8	13	12,6	12,5	12,8	12,9	12,5	12,4	13	13,3	12,8	13,4	13,2	13,4	13,3	12,7	12,5	13,3	13
129	Int. Direito	13,4	13,1	13,4	12,7	13,7	13,5	13	13,2	12,6	12,9	13,6	12,8	14	14	13,3	13,3	13	13,1	13,9	12,9
136	MTEP	14,6	15	14,7	14,4	14	14,8	15,4	14,8	15,5	14,8	14,6	14,7	15	15,3	14,8	14,9	15,1	13,5	15,9	15,4
138	Português A	12,6	12,7	12,4	11,7	12,4	12,3	12,6	12,5	12,4	12,5	12,6	12,1	12,7	12,7	12,6	12,8	11,9	11,8	12	12,6
139	Português B	12,37	12,3	12,7	12,5	12,3	12,5	12,3	12,4	12,7	12,5	12,5	12,5	12,9	12,7	12,7	13,1	12,5	12,7	12,4	12,6
140	Psicologia	13,6	13,3	14	13,3	13,5	13,6	13,8	13,5	13,8	13,6	13,8	13,6	14,3	13,7	13,7	14	14	14,1	13,9	13,9
142	Química	13,4	13,3	13,6	13,1	13	13,6	13,2	13,5	13,3	13,4	13,4	13,3	14	13,2	13,2	13,7	13	13,6	13,7	13,2
144	Sociologia	13,6	13	13,5	13,2	13	13,4	12,5	13,6	12,7	13,6	13,7	12,8	13,6	13,5	13,5	13,5	13,2	12,6	14	12,8
146	T. do Design	14	13,6	14,6	13,7	13,9	14,6	14,4	13,4	14,7	14,9	14,5	13,7	14,7	14,7	14,6	15,1	13,1	14,1	15	14,7
201	Alemão	12,9	13	12,7	13	13,6	13	13,1	12,5	12,3	13	12,8	13,8	13	13,1	12,9	13,2	13,4	12,3	13,3	12,6
408	DGD A	13,6	13,4	14,3	14	13,9	13,8	13,3	13,7	13,6	14	13,9	14,7	14,5	13,7	14	15,1	14	14,4	13,4	13,8
409	DGD B	14,7	15,4	15	14,7	15,4	15,6	14,8	15,4	14,4	15	15	14,7	15,1	14,8	14,8	15	14,1	14,9	14,6	13,8
417	Francês	12,2	12,8	12,2	13	12	12,3	13	11,9	12,9	12,3	12,3	12	12,3	12,6	12,2	12,2	11,7	12,2	12,4	12,2
435	Matemática	12,2	12,1	12,4	12,1	12	12,2	12,3	12,3	12,2	12,2	12,4	12,4	12,5	12,2	12,2	12,6	12,3	12,3	12	12,2
650	Inglês	12,9	13,5	14,2	12,6	13,9	13,9	13,9	13,7	12,1	13,2	13,4	13,3	13,7	13,4	13,9	14,5	11,7	13	13,3	13,8



Quadro 19 : Médias das Classificações de Exame (CE), por Distrito de Portugal Continental e Regiões Autónomas

		Aveiro	Beja	Braga	Bragança	C. Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém	Setúbal	V. Castelo	Vila Real	Viseu	Açores	Madeira
102	Biologia	102,7	91	104,4	92,5	93,3	104,2	91,8	94,1	91,4	101,5	103,4	95,4	104	95,3	92,1	99	97,4	98,4	91,9	80,9
114	Filosofia	128,7	138,8	119,9	119	122,4	123,5	125,9	133,4	117,1	135,9	124,9	128,8	129,8	139,8	131,4	124	106,7	124,1	121	102,6
115	Física	113,2	117,8	109,1	104,4	101,8	111,3	112,7	100,4	100,2	118,5	116,8	89,1	111,2	117,4	102,6	117,3	109,7	110	102,1	88,9
120	Geologia	89,5	87,9	84,8		86,5	97,7	83,4	87,3	80,9	92,5	93,4	73,3	90,6	87,8	86,6	81,8	92,7	81,4	83,1	73,3
123	História	110,3	118	111,2	97	110,1	108,2	89,5	105,3	97,8	100,1	111,3	98,6	111,1	103,1	109,4	99,5	113,9	104	99,9	97,2
124	Hist. da Arte	97	117,8	112,3	103,2	104,3	132,5	108	110,2	92,4	99,9	108,4	78,4	111,2	119,9	108,4	124,6	109,5	99,8	113,4	112
128	IDES	107,2	105,5	111,4	109,3	105,3	110,8	111,7	97,7	96,2	112,5	116,1	93,7	113,1	111,6	114,6	112,9	104,4	101	113	111,7
129	Int. Direito	123,3	112,9	119,5	90,4	118,1	127,6	110,1	96,2	88,2	118,1	118,7	92,8	125,3	117,7	114,3	115,5	102,5	117,8	103,7	100,9
136	MTEP	114,1	127,9	113,6	110,7	144,7	119,7	117,2	120,6	116,7	115,4	117	102	126,6	150,6	116,1	157,1	114,8	115,3	107,8	130,9
138	Português A	113,7	116,3	109	92	116,3	109,3	102,7	107,2	95,7	112,5	112,5	95,7	115,8	109,3	113,7	113,2	107,4	105,4	103,2	103
139	Português B	118,3	104,2	117,4	111,8	111,3	110,6	104,3	110,9	113,4	115,9	112,8	106,1	118,1	114,5	106,8	117,4	110,2	111,2	105,4	109,2
140	Psicologia	117,5	106,3	120,2	98,8	119,6	119,5	113,6	108,2	111,2	116,4	118	106,3	120	118,1	110,3	123,7	113,2	116,9	112,6	103,4
142	Química	116,7	111,7	113	95,3	102,4	120,6	106,7	107,1	102,3	112,3	113,3	88,3	115,8	104,5	106,7	114,6	105,2	115,6	102,4	89,4
144	Sociologia	121,4	110,8	119,8	100,1	115,8	119,2	104,4	111,6	97,7	124,2	124,6	114,9	120,4	127,5	116,4	122,5	108,3	113,4	118,4	109,8
146	T. do Design	132,2	123,4	128,7	131,4	93,4	122,7	121,1	117,5	118,9	116,9	128,7	119,9	132,1	132,6	121,5	120,3	118,9	122,5	140,6	127,7
201	Alemão	94,4	85,8	82,3	78,2	108,2	89,5	81,7	90,3	72,9	94,9	99,6	104,8	87,7	88	87	83,9	70,7	81,3	102,8	94
408	DGD A	118,1	87,9	121,5	116,8	91,5	139,7	93,5	99	93,3	121,1	119,6	72,7	117	104	111,3	140,3	120,5	110,5	149,9	102,8
409	DGD B	128,4	111	113,1	99,7	100,5	126,2	105,6	104,6	96,3	119,1	129,5	62,2	123,4	117,3	114,3	102,4	105,1	116	103,7	84,5
417	Francês	99,8	104,7	100,5	97,9	100	108,8	97,5	85,5	86,2	97,7	104,6	91,6	97,2	99,2	106,1	91,9	94,8	108,9	105,1	101,8
435	Matemática	78,9	78,8	80	62,5	68,3	84,1	60,3	69,6	69,9	82,9	85,1	50,5	79,3	78,3	74	79,4	67,6	77,4	72,6	57,5
650	Inglês	86,7	110	96,6	73,1	91,4	130,2	109,4	96,6	44,3	105,8	107,3	92,3	116,6	93,8	108	102,8	79,1	86,1	96,5	98,5

